

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS
AMÉRICAS

A PARTICIPACAO DA MULHER NO MST NO DF E ENTORNO –
Estudo de caso

JUDITE DIAS XIMENES

Dissertação apresentada ao Centro de Pesquisa e Pós-graduação Sobre as Américas da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Sônia Ranincheski

BRASÍLIA – DF

MARÇO 2011

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS
AMÉRICAS**

**A PARTICIPACAO DA MULHER NO MST NO DF E ENTORNO –
Estudo de caso**

JUDITE DIAS XIMENES

Banca Examinadora:

Profª Dra. Sonia Ranincheski (Presidente) – CEPPAC/UnB

Profª Dra. PAOLA NOVAES RAMOS – Ipol/UNB

Professor Dr. CAMILO NEGRI - CEPPAC/UnB

BRASÍLIA – DF

MARÇO 2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe, ao meu pai (*in memória*), meus irmãos e sobrinhos, meu companheiro Domingos dos Santos e queridos filhos pelas orações, apoio e ajuda na realização destes estudos.

Dedico também esta pesquisa às mulheres que dedicam sua vida pela transformação de uma sociedade justa e digna.

Dedico especial este trabalho científico à minha família: Domingos dos Santos meu esposo e os meus filhos: Griselda Antonia Felizarda Dias dos santos (Nina), Gilmor António Belmiro Dias dos Santos (Miro), Gremilde Antónia Felizbela Dias dos Santos (Bela), Giselda Antónia Aparecida Dias dos santos (Reina) e Gisleide Antónia Regiane Dias dos Santos (Serena), que lutaram comigo durante os tempos difíceis no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Primeiro de tudo, agradeço de todo o coração ao Sagrado Coração de Jesus e ao Coração Imaculado de Nossa Senhora, como fontes da esperança e confiança, pela presença e pelo acompanhamento, por abrir caminhos, portas e corações sem fim durante a caminhada terrena.

Muito obrigada à minha orientadora a professora Dra Sonia Maria Ranincheski, pela aceitação e orientação no conhecimento e também orientações de amizade nos momentos difíceis durante a minha estada no Brasil a fim de alcançar o objetivo deste estudo.

Muito obrigada ao professor Dr. Fernando Spagnolo, pelo apoio dado nesta caminhada. Agradeço sua família pela amizade e carinho para com minha família: com eles sentimo-nos em casa.

Muito obrigada à professora Dra Stella Maris Bortoni Ricardo e grupo da Faculdade de Educação (UnB), doutoranda Maria da Guia Taveiro, doutoranda Miliane Benício Nogueira, doutorando Virgilio de Almeida, Dra Paula, pela ajuda nos estudos e na obtenção da carteirinha de saúde dos nossos filhos.

Muito obrigada à Doutoranda Elizabeth Socorro Ruano e ao Doutorando Jales Dantas da Silva pelas discussões e referencias.

Muito obrigada à Mestranda Natasha Dias e família pela amizade e Ceia do Natal de 2009.

Muito obrigada ao nosso grupo organizada pela profeta Dra Sônia Maria Ranincheski, entre elas a mestranda Olga Prado e a mestranda Luiza Helena pelo apoio e discussões no grupo.

Muito obrigada aos colegas, amigos e professores, funcionários da Secretaria do Ceppac, pelo apoio, ajuda e amizade, muito ou pouco, durante a minha estada e a realização do estudo nesta Instituição.

Muito obrigada ao professor Jessé Fogassa e professora Helem pelo apoio e amizade.

Muito obrigada ao professor Davi Albuquerque e professora Aurelie Marie pelo apoio e amizade.

Muito obrigada aos meus companheiros do MST no Pré-Assentamento Pequeno William, no Antigo Colégio Agrícola, Planaltina e no Pré-Assentamento Oziel Alves II-Pipiripau-Planaltina, pela grande contribuição na realização da pesquisa.

Agradeço ao Governo Brasileiro e à Capes, ao Embaixador e Corpo Diplomático do Brasil em Timor-Leste e professores brasileiros em Timor-Leste do período de 2009 pela realização deste estudo.

Agradeço ao Governo timorense junto com o Ministério da Educação e Cultura e também a Universidade Timor Loro-sa'e pela confiança.

*Nós mesmos sentimos que o que fazemos é uma gota no oceano.
Mas o oceano seria menor se essa gota faltasse*
(Madre Teresa de Calcutá)

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Dissertações e Teses sobre gênero em relação ao MST ou assentamentos ..	15
Quadro 2: O perfil das mulheres do MST no DF ..	61
Quadro 3: A visão das mulheres, como a mulher na sociedade urbana é tratada na Sociedade hoje ..	74
Quadro 4: A visão das mulheres, como a mulher na sociedade rural é tratada na Sociedade hoje ..	76
Quadro 5: A visão das mulheres, como a mulher no MST é tratada na Sociedade hoje ..	77
Quadro 6: A participação das mulheres na escolha de mulheres líderes ..	82
Quadro 7: Descrição do planejamento das entrevistas por período e por resultado obtido (julho a agosto de 2010) ..	97

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Encontro em assentamento do Rio Grande do Sul celebrou os 25 anos do MST.....	37
Figura 2: Mapa do DF e Entorno	44
Figura 3: Mulher com a bandeira do MST na mão	53
Figura 4: A marcha, como uma das lutas das mulheres do MST	54

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 - Quadro 7: Descrição do planejamento das entrevistas por período e por resultado obtido (julho a agosto de 2010)	97
Anexo 2 - Questionários	99
Anexo 2.1 - Questionário para as mulheres líderes do MST	99
Anexo 2.2 - Questionário com as mulheres não líderes	103
Anexo 2.3 Questionário homens líderes	105

LISTA DE SIGLAS

BA – Bahia

BR - Brasil

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CETRA - Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única de Trabalhadores

IFCT – Instituto Federal de Ciências e Tecnologia

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

KM – Quilômetro

MASTER - Movimento de Agricultores Sem Terras

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTTR – Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

PB – Paraíba

PE – Pernambuco

PR – Paraná

RIDE-DF e Entorno - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

SC – Santa Catarina

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo discutir o papel político da mulher no MST no Distrito Federal e Entorno. Foi estudada a história do MST no Brasil e também a questão da importância da mulher como participante do movimento sem terra e que também tem as mesmas obrigações que outras mulheres da cidade, assumem que é chamada de dupla jornada. Foram entrevistadas mulheres líderes e não líderes de assentamento do MST do DF. Foi usado um questionário com perguntas iguais para todas. A dificuldade de fazer as entrevistas foi um ponto importante para se destacar. Foi constatado que as mulheres líderes entrevistadas atuam tendo como força “motriz” a possibilidade de haver uma coletividade dos grupos e de existir participação em igualdade entre homens e mulheres e estes são os poderes que podem gerar nas mulheres líderes um entusiasmo no desempenho de suas funções.

Palavra chave: Trabalhadores Rurais Sem Terra, mulher, gênero, papel político, coletividade.

ASBTRACT

This thesis aims to discuss the political role of women in the MST in the Federal District and surrounding areas. The history of the MST in Brazil and the importance of women as members of the Landless Movement who also have the same obligations as urban women dwelling in towns, the so-called double shift. Female leaders as well as non-leaders from MST in the Federal District were interviewed. The interviews were carried out in an agrarian reform settlement. The questionnaire was the same for both groups. The difficulty of doing the interviews should be highlighted. It was found that female leaders interviewed acted in order to achieve the possibility of a collectivity of groups based upon equal participation between men and women. This is the sort of empowerment that can generate enthusiasm among female leaders in performing their functions.

Keyword: Landless Rural Workers, women, gender, political role, collectivity

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iv
ÍNDICE DE QUADROS	vii
ÍNDICE DE FIGURAS	viii
ÍNDICE DE ANEXOS	ix
LISTA DE SIGLAS	x
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
INTRODUÇÃO	15
CAPITULO I – A história do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)	24
1.1 A história do MST no Brasil	24
1.1.1 Os antecedentes	24
1.1.2 O surgimento	25
1.1.3 A origem	30
1.1.4 Organização	31
1.2 A mulher no MST	37
1.3 O MST no Distrito Federal e Entorno	41
CAPÍTULO II – A importância das mulheres líderes do MST no DF e Entorno e a sua valorização	47
2.1 O Papel das Mulheres em movimentos gerais	48
2.2 O Papel das Mulheres no MST	52
2.3 Perfil das mulheres líderes do MST do DF entrevistadas	60
CAPÍTULO III – A construção das lideranças femininas do MST no DF	63
3.1 Descrições das atividades da pesquisa	63
3.1.1 Pesquisa no Acampamento Gabriela Monteiro – Brazlândia	65
3.1.2 Visita à Secretaria Regional (DF e Entorno) do MST	66
3.1.3 Acampamento Pequeno William – Sobradinho	66
3.1.4 Pré-Assentamento Oziel Alves– Planaltina	67

3.1.5 Pré-Assentamento Pequeno William – Planaltina	71
3.2 Opinião das mulheres do MST do DF.....	73
3.2.1 Opinião das mulheres líderes e não líderes entrevistadas	74
3.2.1.1 Opinião das mulheres líderes e não líderes sobre as mulheres da cidade	69
3.2.1.2 Opinião sobre as mulheres do meio rural	74
3.2.1.3 Opinião sobre as mulheres do MST	75
3.2.2. Mulheres do MST que se tornam lideranças	77
3.2.2.1 Forma de escolha das lideranças	80
3.2.2.2 Motivação das mulheres líderes para entrar no MST	84
3.2.2.3 Prioridade das mulheres líderes nas Assembléias	85
3.3 Respostas das lideranças masculinas	87
3.4 A importância da mulher na liderança	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
BIBLIOGRAFIA	92
ANEXOS	97

INTRODUÇÃO

Discutir o papel político das mulheres líderes, ou seja, lideranças femininas no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Distrito Federal (DF) e Entorno foi o nosso objeto de pesquisa.

O estudo sobre o Movimento dos Sem Terra ou da Reforma Agrária é bastante frequente na academia brasileira, “O estudo dos assentamentos rurais intensificou-se a partir da década de 90, com a elevação do número de trabalhadores assentados, conformando um verdadeiro "microcosmo social" (SOUSA, 2002).

Essa afirmação sobre a quantidade de estudos acadêmicos pode ser comprovada pela busca de dissertações e teses no banco de Dissertações e Teses da Capes. Quando procurei pela palavra gênero em relação ao MST e ou assentamentos, encontrei treze (13) dissertações e teses, conforme quadro número 1 a seguir.

Quadro 1: Dissertações e Teses sobre gênero em relação ao MST ou assentamentos

No	Título	Autor	Orientador/ Universidade	Assunto
1.	A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST	Denise Mesquita de Melo	Maria da Glória Gohn (Orientador) Unicamp	Trabalhadores rurais, Subjetividade - Gênero, Mulheres, Movimentos sociais rurais
2.	A questão de gênero no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul	Noelle Marie Paule Lechat	Carlos Rodrigues Brandão (Orientador) Unicamp	Mulheres na agricultura - Relações com a família, Trabalhadores rurais RS.
3.	As Marias sem-terras: trajetória e experiências de vida de mulheres assentadas em Promissão-SP - 1985-1996	Dulcinéia Pavan	Yara Maria Aun Khoury (Orientador) PUC-SP	Assentamentos, Luta pela terra, Mulheres sem-terra, Reforma agrária, Assentamento rural.

4.	Ação Política, Transformação Social e Reconstrução de Identidades: um olhar a partir do feminismo para a militância das mulheres rurais nos movimentos sociais	Elizabeth Ferreira da Cruz	Alba Maria Pinho de Carvalho (Orientador) Universidade Federal do Ceará	Mulheres do campo – Ceará - Atividades políticas, Mulheres do campo – Ceará -
5.	Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento de Reforma Agrária: o caso do Saco do Rio Preto em Minas	Maria de Lourdes Souza Oliveira	Nelson Giordano Delgado (Orientador) UFRJ	gênero, empoderamento, assentamentos de reforma agrária,
6.	Mulheres da terra: história e memória das assentadas de Sumaré II no limiar do século XXI	Claudia Delboni	Zilda Márcia Gricoli Iokoi (Orientador) USP	História oral, Mulheres (História) - Sumaré(SP), Reforma agrária, Trabalho feminino,
7.	Mulheres embarcadas: gênero, família e trabalho na percepção de mulheres em espaços masculinos	Camila Daniel	Felícia Silva Picanço (Orientador) UFRJ	Trabalho, Gênero, Plataforma de petróleo, Trabalho feminino, Mulheres, Ambiente de trabalho - Mulheres,
8.	Do chão do cotidiano, o protagonismo do Movimento de Mulheres Camponesas em terras catarinas: uma trajetória de lutas, construindo identidade e conquistando autonomia	Mailiz Garibotti Lusa	Maria Carmelita Yasbek (Orientador) PUC – SP	Rural, Movimentos sociais do campo, Lutas sociais, Gênero, Identidade, SC.
9.	Uma fonte de água viva: A participação das mulheres no assentamento Arizona São Miguel do Gostoso-RN	Marialda Moura da Silva	Elisete Schwade (Orientador) UFRN	assentamento rural, gênero, participação, organização,
10	De senhoras a mulheres trabalhadoras rurais: a desordem no MSTTR	Sonilda F. da Silva Pereira	Malvina do Amaral Dorneles (Orientador) UFRGS	Gênero, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra., Mulher, Brasil.,
11	Mulheres da terra: um estudo sobre saúde e gênero na área rural de Pernambuco	Maria de Fátima Gomes de Lucena	Carlos Rodrigues Brandão (Orientador) Campinas	Saúde, Trabalho, Mulheres - Saúde e higiene, Saúde e trabalho
12	O educativo das relações de gênero no Assentamento	Carla Patrícia	Marlene Ribeiro	Gênero, Assentamento

	Águas Claras: algumas considerações sobre tempo, trabalho e lazer	Pintado Núñez	(Orientador) UFRGS	Águas Claras., Lazer, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – RS
13	Mulheres marceneiras e autogestão na economia solidária: aspectos transformadores e obstáculos a serem transpostos na incubação em assentamento rural	Carolina Orquiza Cherfem	Aida Victoria Garcia Montrone (Orientador) UFSCAR	Educação, Práticas sociais e processos educativos, Relação de gênero, Mulheres marceneiras,

Fonte: Elaboração minha a partir do banco de dados da Capes, dezembro de 2010.

Sobre o tema no Distrito Federal, encontrei apenas uma dissertação e uma tese de doutorado, ambas da mesma autora. A tese chama-se “Retratos de Assentamentos: um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal”, de Marcelo Leles Romarco de Oliveira (2007) orientada pela professora Eli de Fátima Napoleão da CPDA/UFRJ, e a dissertação chama-se “Trajetórias de migrantes para Brasília e assentamentos rurais: o caso da Vereda I” de Marcelo Leles Romarco de Oliveira (2002). A tese e a dissertação encontram-se no Banco de Dados da Capes, disponível apenas para consulta, sem possibilidades de arquivar.

Apesar da tese de Marcelo Leles Romarco de Oliveira tratar de quatro assentamentos rurais, estes assentamentos rurais não são relativos ao MST, mas de movimentos migratórios em geral de pessoas que iam para o DF em busca de melhores condições de vida. Além disso, a tese indica temas interessantes sobre o conhecer o cotidiano e as formas de sociabilidade nesses assentamentos rurais entre o os anos de 2004-2006.

Algumas conclusões do autor também são interessantes, como a principal motivação dos assentados para saírem de Brasília e irem para o entorno do DF foi a dificuldade de encontrar trabalho. Neste sentido, o assentamento surge para essas pessoas, como diz o autor, como uma possibilidade de ter acesso a trabalho, moradia e créditos. Outra conclusão interessante é a da ajuda que a família do assentando que ficou em Brasília

pode dar. De acordo com o autor, sem essa ajuda, o assentamento ficaria quase impossível de ser viabilizada.

Neste sentido, pode-se afirmar que até o presente momento, poucos são os trabalhos sobre os assentamentos no DF ou no Entorno. Daí a minha dificuldade em encontrar informações para realizar a dissertação.

A contribuição de Denise Mesquita de Melo (2001) se deu a partir da construção social da subjetividade e construção social de relações de gênero, trata-se a partir do contexto que emerge a subjetividade, onde, o papel do indivíduo como sujeito da sua própria história e as suas relações sociais em termos da sua determinação a partir de modo de produção numa determinada sociedade.

Esta autora (MELO, 2001) aborda também que o MST possibilitou um espaço para os trabalhadores rurais se focalizarem na luta pela questão agrária. Ela afirma que no processo de desenvolvimento da reforma agrária é importante que os trabalhadores que vivem da terra, homens e mulheres sejam inseridos ativamente, por tratar-se de interesse primordial desse trabalhador nos sentidos políticos e sócio-econômicos.

Romier (2002) estuda, na sua dissertação, a organização do trabalho da terra realizada por agricultores familiares em um assentamento rural no Município de São Francisco do Pará no Nordeste Paraense, entendendo esta organização como um processo de associação de mão-de-obra e/ou capital na organização da produção, para a realização das atividades agropecuárias de determinados grupos locais. Ela (ROMIER, 2002) conclui que a complexidade das formas de organização remete a sistemas de produção diversificados e pautados nas relações sociais, econômicas e simbólicas que se constroem nos grupos locais. Estas relações podem determinar a forma de reprodução dos diversos grupos familiares envolvidos nestas localidades.

O ordenamento das idéias da dissertação, assim como a operacionalização metodológica, aparecem nos capítulos que seguem, sendo o

primeiro uma aproximação recorri alguns processos histórico do MST, das mulheres no MST e a apresentação do MST no DF e no Entorno, dando a identidade de trabalhadores rurais sem-terra aos trabalhadores que lutavam e lutam pela terra proporcionou o debate da territorialização¹ e da dinâmica das mobilizações da luta pela Reforma Agrária.

No primeiro capítulo apresento a discussão da forma de luta política mais adequada para avançar nos processos de Reforma Agrária podem ser as ocupações com acampamento. Instalar e construir barracos dentro de um latifúndio é um ponto de partida para o desenvolvimento da Reforma Agrária no Brasil.

Latifúndio institucionalizado aqui é entendido como aqueles caracterizados e definidos pelo Estatuto da Terra. Como segue: Latifúndio é representado pelas grandes propriedades que possuem mais de 600 módulos fiscais (Estatuto da Terra, art. 4º, item V). Compreendendo imóveis avantajados com milhares de hectares explorados pelos grandes grupos econômicos, pela monocultura com formas modernas de exploração dos recursos.

Segundo Andrade (1980),

“usando mão-de-obra assalariada, exercendo sobre a mesma o mais completo domínio, ao lado de latifúndios explorados por velhos proprietários que ocupam grandes áreas, fazendo uma exploração pouco intensiva, utilizando moradores que além do serviço prestado ao proprietário, exercem atividades de subsistência na agricultura, na coleta florestal, na caça e na pesca”.

Trata-se de propriedades sem função social que possuem em suas dimensões fins especulativos apenas de reserva de valor. Isso implica no regime inadequado de exploração para o uso social da terra. Essa forma de mobilização política inicia o processo de contestação do sistema latifundiário característico na formação territorial da sociedade brasileira.

¹ O processo de territorialização é entendido por meio das ações políticas dos trabalhadores sem-terra organizados em ações simultâneas “em diferentes lugares ao mesmo tempo” (FERNANDES, 2001, p. 64).

De acordo com Comparato (2001) na história do Brasil há vários relatos de revoltas camponesas. Todos os movimentos anteriores, contudo, permaneceram limitados à região em que surgiram. A ação das Ligas Camponesas, nos anos 60 concentrou-se no Estado de Pernambuco e adjacências. O mesmo aconteceu com Canudos, no final do século XIX, e com o Contestado, no começo do século XX, que ficaram restritos ao nordeste da Bahia e ao oeste catarinense. Os processos históricos que antecedem o surgimento do MST aqui apresentados que são a partir da resistência dos Canudos, Contestado, o Cangaço, a revolta do Porecatu, Trombas e Formoso e as Ligas Camponesas, são as diversas formas de lutas que originaram a constituição do MST.

A história da luta social no campo onde os trabalhadores rurais encararam o processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuária instaurada durante o período militar (1964-1984) que constituiu e sustentou a classe dominante, latifundiários e capitalistas, sobre a classe trabalhadora, particularmente do campo e este teria sido um dos fatores que provocou o surgimento do MST.

A origem do MST foram as ocupações dos proprietários privadas em 1979 no Estado do Rio Grande do Sul. Aproximadamente 390 famílias ocuparam as fazendas Macali e Brilhante no Município de Ronda Alta, Rio Grande do Sul em 1979, aproximadamente 280 famílias, como marco inicio da organização do MST.

A organização do MST surge no Primeiro Encontro do Sem Terra. Os trabalhadores rurais com base nas suas necessidades se reuniram e promovendo pelo CPT (Comissão Pastoral da Terra)² que deu nos dias: 20, 21 e 22 do mês de janeiro de 1984, na cidade Cascavel, Paraná, representou o

² A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vinculado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, [da Justiça e da Paz](#) e nascido em [22 de junho](#) de [1975](#), durante o Encontro de [Pastoral](#) da [Amazônia](#), convocado pela CNBB e realizado em [Goiânia](#) (GO). Inicialmente a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral, de modo que os verdadeiros pais e mães da CPT são os peões, os posseiros, os [índios](#), os [migrantes](#), as [mulheres](#) e homens que lutam pela sua [liberdade](#) e [dignidade](#) numa terra livre da dominação da [propriedade](#) capitalista.

marco da fundação do MST, com a presença de 150 trabalhadores congressistas. Onde se reafirmou a necessidade da ocupação como uma ferramenta legítima das trabalhadoras e trabalhadores rurais. Começou-se a pensar um movimento com preocupação orgânica, com objetivos, quanto suas plataformas.

A presença da mulher no MST pode ser encontrada desde a primeira vez da ocupação pela conquista da reforma agrária. As mulheres dedicam as suas contribuições, como esposa, companheira, filha e mãe nos acampamentos, debaixo de lonas, enquanto ficam aguardando um lote para cultivo e construção de casa.

No capítulo 2 trata da questão do gênero, a presença e participação da mulher no desempenho do seu papel na sociedade, marcou com as suas próprias histórias, pois que desde os primórdios da história humana, onde as mulheres têm um papel fundamental na sua trajetória como peças propulsoras da evolução social e do ser humano, que houve uma evolução gradativa da mulher no que diz respeito a os seus direitos e deveres e suas obrigações e aptidões. Com o avanço do tempo, as mulheres vem sendo tratadas para assumir as posições importantes no MST, junto com os companheiros nas fileiras da tomada de decisão que favorece os interesses do Movimento.

A realidade nos mostra que hoje a mulher ocupa os seus espaços na sociedade orientada por uma filosofia do engajamento próprio da mulher. Grande proporção de mulheres trabalha e muitas delas são a principal fonte para o sustento da família e continuam desempenhando suas atividades domésticas. Isso quer dizer que a mulher também desempenha várias jornadas de trabalho, além de ser uma possível membro política da sua comunidade, com potencial para contribuir para enfrentamento e luta de quaisquer necessidades do grupo onde ela está inserida. A dupla jornada que ela assume no âmbito público e privado, aliás, pode ser uma atividade educativa em termos políticos, mas representa um envolvimento pessoal que pode ser desgastante em termos individuais.

Nestes movimentos e lutas políticas, o alcance e assimilação das conquistas sociais femininas variam de acordo com a classe social, o grau de escolaridade e a possibilidade real para superar as desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres que ainda existem e persistem na sociedade atual, tanto na família como nas mais diferentes esferas sociais.

Atualmente a mulher vem aprendendo a lidar com os problemas e aos poucos vem aprendendo e sabendo discernir as dificuldades encontradas na dupla jornada e algumas, na tripla jornada de trabalho, no lar e fora dele. As mulheres vêm ao longo dos anos participando para a construção de uma sociedade mais justa, de um mundo melhor e mais equilibrado, no qual se desenha um novo papel para a mulher moderna.

As mulheres no MST, na sua participação na luta pela terra, destacando a redefinição de seu espaço e o seu papel na sociedade, os saberes construídos pelas mulheres na luta pelo direito a terra, nesta luta, o papel e as experiências da mulher são fortemente significantes. Espero que ao recuperar a história das mulheres assentadas, possa contribuir para valorizar a organização feminina e o trabalho por elas realizado. Assim, pude compreender os fatos e conexões referentes à história da luta pela terra e no seu cotidiano envolveram as responsabilidades como membros da família e membros do movimento, assumem as mesmas responsabilidades quanto os homens nas ocupações, nos acampamentos e nos assentamentos.

No capítulo 3, com base nos dados coletados, entrevistas realizadas com mulheres líderes e não líderes apresentamos a metodologia usada e discutimos a presença das mulheres no MST no DF, no âmbito da presença delas nas fileiras da liderança. A suas valorizações e a importância delas no movimento, o desempenho das funções e os processos e os fatores que motivam na chegada da liderança. Utilizamos questionários para realizar entrevistas em profundidade para chegar na percepção das mulheres líderes e não líderes que vivem em Assentamentos do MST. Fiquei com um total de 19

respostas dos questionários, todos são do Pré-Assentamento Pequeno William. Trabalhei com estes questionários na elaboração dos capítulos da dissertação.

Sobre a pesquisa de campo, apresentamos no capítulo 3, as dificuldades enfrentadas para realizar a pesquisa e as surpresas com relação a conduta de algumas entrevistadas em relação a minha pessoa e também ao MST. Diante das dificuldades, escrevia sempre para a minha orientadora para obter melhores indicações porque sempre fiquei desesperada e preocupada com a situação da pesquisa. Ela me pediu para anotar todos os acontecimentos e incluir na metodologia e assim eu fiz.

Finalmente acreditamos que as mulheres líderes do MST são levadas em consideração e dessa forma as suas presenças e valores morais na liderança devem ser considerados essenciais na sua reprodução social e sustentabilidade do próprio movimento.

CAPÍTULO I

A HISTÓRIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST)

1.1. A história do MST no Brasil

1.1.1. Os antecedentes

A história do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) é associada à luta social no campo desde a época da chegada dos portugueses. Onde ocorrem diversas formas de resistência dos trabalhadores no campo contra a concentração latifundiária. Isso é a implementação das políticas do desenvolvimento de agropecuária instauradas pela colonização portuguesa. As lutas sociais dos trabalhadores no campo se organizam em movimentos de massa, por exemplo: Canudos (BA, 1874 a 1897), Contestado (PR e SC, 1912), o Cangaço (1870 a 1940), a revolta do Porecatu (PR, 1950), Trombas e Formoso (1957 a 1961) e as Ligas Camponesas (PB e PE – 1955 a 1962/1964), são as lutas que originaram a constituição do MST.

Para compreender o surgimento do MST pode repensar umas das lutas acima, por exemplo, as Ligas Camponesas, é uma organização reivindicatória da sociedade civil, não sindical, composta por foreiros das terras de engenhos e por trabalhadores, conseguiu reunir trabalhadores rurais na defesa dos direitos do campo e da reforma agrária com o lema “reforma agrária na lei ou na marra”. Os principais fatores que originou as suas lutas são problemas que os trabalhadores enfrentam no campo contra o capitalismo sendo parte da sua lógica de desenvolvimento, gerando processos de diferenciações e desigualdades, expulsões e expropriações, excluindo ou subalternizando, destruindo e recriando o *campesinato*.

Como afirma Melo, “foreiros das terras de engenhos e trabalhadores em vias de perder por completo características camponesas em função do avanço do processo de assalariamento no campo e a expulsão dos trabalhadores do

seu roçado”. Provocou conflitos permanentes, subalternando o *campesinato* ao capital e pelo poder que capital tem, de acordo com os seus interesses, destruir e recriando o *campesinato*, determinaram sua própria recriação por meios das ocupações de terras. Para reforçar a sua organização e ampliar a sua base de apoio os agricultores irem às ruas, realizando marchas, comícios e congressos. As Ligas Camponesas até influenciam grupos que lutam pela justiça social no campo e pela reforma agrária, desta forma as Ligas fazem parte da memória histórica que forma o MST.

O MST é um movimento político-social brasileiro que luta contra a expropriação da terra e pela implantação da reforma agrária – a terra, a reforma agrária e uma sociedade justa são os pontos que objetiva a luta do MST. O MST é o maior movimento social popular organizado do Brasil e, possivelmente, também o maior da América Latina (GOHN,1998).

A terra para o trabalho no campo, a justiça social, para obter condições dignas de vida dos seus militantes e pela mudança social do país são “bandeiras de lutas do movimento”. Mediante as formas de manifestações e protestos, marchas e congressos e também através da construção dos barracos. Os integrantes do MST acreditam que através destas formas de luta, eles podem ganhar os seus espaços por fins de transformar a sociedade como esperança de vida no enfoque de justiça social.

Se o principal objetivo do MST é a reforma agrária, contribuindo assim para a democratização do Brasil, pois somente através da democracia podem ser solucionados os demais problemas sociais, inclusive o da concentração das terras, outros temas foram sendo notados como parte do movimento, como é o caso da questão da mulher integrante do acampamento.

1.1.2. O surgimento

O MST é fruto da história da concentração fundiária, surge através das lutas sociais no campo, assim como Ligas Camponesas surgiu onde o país

estava enfrentando uma crise política bastante forte. Como afirma Amorim (2005), 'O MST nasceu em um momento de resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário implantada durante o regime militar. Mais do que a luta pela terra, o MST deseja transformar as relações de poder no Brasil.'

Desde a década de 50, a luta dos trabalhadores no campo esforçada contra um processo que se caracteriza pela modernização do setor agrícola, pela introdução de maquinários para meios de produção, pelo aumento da concentração da terra, a expulsão dos pobres da área rural. Por causa disso, resultou os parceiros, meeiros e outros em assalariados rurais, aumentou desempregos em regiões agrícolas, enquanto disso o êxodo para a cidade e a política de colonização entravam em aguda crise. Promovendo desempregos nos centros urbanos que estimula a precarização das condições de vida da população (BEZERRA NETO, 1998).

As décadas de 1950 e 1960 representaram um período de grande agitação popular e organização de movimentos sociais no Brasil. Destacam-se, nesse período, as organizações camponesas de luta por melhores condições de trabalho e acesso a terra. Dentre elas é possível citar as Ligas Camponesas no nordeste brasileiro, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) no eixo sul/sudeste do país e o Movimento de Agricultores Sem Terras (MASTER), localizado no Estado do Rio Grande do Sul (BEZERRA NETO, 1998: 17-18).

A situação do campo naquele momento era bem desfavorável aos trabalhadores rurais, os direitos trabalhistas que foram conquistados na década de 1940 pelos trabalhadores urbanos só vão ser estendidos aos trabalhadores camponeses mais de vinte anos depois, após várias manifestações realizadas pelos movimentos sociais destacados anteriormente. E também em

conseqüência da conjuntura política que foi demasiadamente influenciada pelo fenômeno do populismo.³

Com a regulamentação da sindicalização rural em 1962, efetuada pelo presidente João Goulart, passam a florescer diversas entidades sindicais no campo, entre elas destacamos a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) criada no final do ano de 1963, fruto de uma Convenção Brasileira de Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

O Surgimento do MST está relacionado a um período histórico no Brasil onde a sociedade passava por um movimento amplo, no qual aspiravam pela abertura política e redemocratização do país. Teve sua origem no fim da década 70, após vários levantes sociais contra a pobreza e a injustiça social.

A época onde vigorava o regime militar, com Emilio G. Médici como presidente, caracterizou-se pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime militar. Segundo Grynszpan o surgimento do MST foi um dos efeitos do fracasso da política de colonização dos governos militares. O autor destaca, eram como efeitos e ações contra o governo, nesta época surgem novos autores, principiar as lutas no campo, conduzindo mobilizações e repercussões de massa, organizaram e realizam grandes greves urbanas e rurais.⁴ É importante observar que parte dessas lutas, tinha raízes nas próprias políticas de desenvolvimento implementadas pelo governo, onde, foi nas lutas dos atingidos por barragens que o MST teve uma das suas origens.⁵

³ Fenômeno político que marcou vários países latino-americanos na pós-Segunda Guerra Mundial. Está ligado ao controle das massas trabalhadoras, buscando acalento às aspirações sociais. Disponível em: <http://www.colegioweb.com.br/historia-brasil/populismo.html>

⁴ Os trabalhadores urbanos se mobilizavam e realizavam grandes greves. Greves de trabalhadores rurais eclodiram no Nordeste e no Sudeste, pequenos produtores do Sul Organizam contra a política agrícola e creditícias do governo, seringueiros do Norte opuseram-se derrubada de seringais (GRYNSZPAN, 2003).

⁵ Como observa Grynszpan (2003): Os projetos dos anos 1970, estendendo-se também pela década de 1980, eram produzidos a partir uma perspectiva tecnologia e autoritária, desconsiderando as populações que por ela serão atingidas. Isso representa em muitos casos, uma forte de protestos e conflitos. Foi esse o caso de construções de barragens para a instalação de grandes hidrelétricas como a de Itaparica, entre Bahia e Pernambuco, a de Itaipu, no Paraná, a do Rio Uruguai, entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina e a de Tucuruí, no Pará.

Segundo Souza (1996) apud Melo, os fatores determinantes do surgimento do MST foram: o plano econômico, o plano social e o plano político que ocorre no Brasil. Como afirma o autor:

No plano econômico, a modernização da agricultura e a concentração fundiária somada à estagnação do “surto da industrialização”, e a expansão da monocultura de algodão, cana-de-açúcar e de soja. No plano social, o fracasso processo da colonização da região norte do país por um lado, e por outro os desempregos nos centros urbanos. E no plano político, a abertura democrática, a efervescência das lutas sociais da classe trabalhadoras nas cidades (especialmente a organização dos metalúrgicos do ABC paulista desde 1978), o surgimento de novo sindicalismo – o sindicalismo combativo, a conscientização, auxiliada pela CPT, da necessidade dos trabalhadores rurais se organizarem para permanecer no campo.

Stédile e Fernandes (1999), subscreveram a consideração de Souza, os autores afirmam, o principal fator que contribuiu para o surgimento do movimento foi o socioeconômico, destacando-se o processo de modernização da agricultura brasileira na década de 70 e a conseqüente liberação do campo de um imenso contingente populacional. Naquela década, aproximadamente 15 milhões de pessoas migraram para as cidades. Nas cidades, os migrantes passam a ter novos gastos (como moradia, água) e a não dispor mais de terra para cultivo de produtos de subsistência. Transformam-se, em sua maioria, em mão-de-obra barata e disposta a aceitar condições penosas de trabalho.

Outro fator destacado por Stédile e Fernandes (1999) como fundamental para o surgimento do MST foi o trabalho das igrejas Católica e Luterana, tendo como base a Teologia da Libertação. Na década de 60 começaram a se formar no Brasil as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que foram grupos de pessoas da periferia ou da zona rural, organizados por padres ou leigos, em torno de uma paróquia (urbana) ou capela (rural).

Nas CEBs era realizada a leitura político-religiosa da Bíblia, que consistia em relacionar o cotidiano de camponeses aos textos bíblicos, enfatizando principalmente a relação entre a história de Moisés, dos hebreus e da "terra prometida" com as histórias pessoais daqueles indivíduos, o que os ajudou no reconhecimento da comum situação de opressão e a se identificar como grupo.

Além das CEBs, a Igreja passou a contar, a partir do ano 1975, também com a Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁶, que tinha o objetivo de assessorar e interligar o trabalho pastoral junto aos camponeses e também denunciar e registrar os conflitos no campo. No interior das CEBs e da CPT formaram-se muitos dos líderes e militantes do MST, e um dos marcos históricos do movimento, a ocupação da fazenda Macali, no município de Ronda Alta - RS, em 1979.

Além dos fatores socioeconômicos e ideológicos, outros fatores também contribuíram para o surgimento do MST. Stédile e Fernandes (1999) também citam o próprio processo de redemocratização pelo qual vinha passando o país, no qual os movimentos sociais tiveram um importante papel.

A luta pela terra organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) fez as CEB's, espaço de socialização da política, apoiando a organização da luta dos trabalhadores rurais em todo o país (FERNANDES,1996). Nesta fase inicial, a CPT ajuda na organização das primeiras ocupações objetivando ações não violentas.

Foi a CPT a mediadora entre os sem-terra de diferentes Estados, que realizavam reuniões para discutir a reforma agrária e trocar experiências sobre a luta: posse, despejo, ocupação e acampamento. Em 1982 ocorre o primeiro encontro preparatório regional no Sul do País, na cidade de Medianeira – PR reunindo cerca de 100 agricultores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul (FERNANDES, 1999).

Com a redemocratização ocorrida a partir de 1985, o movimento inicia uma prática de confronto, adquirindo autonomia em relação às decisões da

⁶ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi fundada onde o Brasil viveu numa ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, a CPT teve um importante papel. Nasceu em junho de 1975. durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e realizado em Goiânia (GO). Inicialmente a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral. Na definição de Ivo Poletto, que foi o primeiro secretário da entidade, "os verdadeiros pais e mães da CPT são os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista". Disponível em: http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=4

Igreja que assumia cada vez mais o papel de auxiliar. Neste período o movimento torna-se organização constituindo sede em São Paulo (NAVARRO, 2002). As reivindicações, antes feitas ao Governo Federal, passaram a se direcionar também para o Governo do Estado por três motivos: primeiro, em virtudes dos entraves nas negociações com as classes dominantes; segundo, pelo reconhecimento da existência de terras devolutas da União sob controle do Estado; e, terceiro, percebeu-se que as medidas de desapropriação dificilmente seriam postas em prática sem o apoio dos Governos Estaduais.

Neste período, o movimento começou a colher resultados, originando alguns assentamentos. Essa conquista (no governo José Sarney) favoreceu a ação do movimento na chamada frente de massas intensificando as ocupações e os acampamentos, o que resultou em um número cada vez maior de assentamentos. No ano de 1994 o movimento consolida sua atuação no Pontal do Paranapanema conquistando áreas devolutas do Estado de São Paulo.

O crescimento do movimento sem-terra nos últimos anos vem atraindo não só trabalhadores rurais que migraram para as cidades, como também operários urbanos e desempregados rurais e urbanos, que procuram um lotes para trabalhar e pela melhoria da vida, como observa Lima:

É importante lembrar que nossa concepção do universo do trabalhador sem-terra, que luta pela terra e pela Reforma Agrária, contempla também os trabalhadores desempregados da cidade que se converteram em trabalhadores sem-terra, ou seja, desprovidos de emprego e garantias de sobrevivência nos centros urbanos são potenciais ocupantes de terra, sendo que se encontram hoje nos acampamentos e assentamentos.

As lutas desses trabalhadores, tanto no campo como na cidade, se dão pelos desdobramentos impostos pela estrutura da sociedade do capital. O capital com sua reestruturação produtiva intensifica a precarização e pauperização do trabalho em todos os seguimentos. Trata-se de um modelo hegemônico de reprodução das desigualdades sociais no campo e na cidade (LIMA, 2006).

1.1.3 A origem

As ocupações que origina a organização do MST foram as ocupações das fazendas Macali e Brilhante no Município de Ronda Alta, Rio Grande do

Sul em 1979, aproximadamente 280 famílias, 110 famílias ocupam a fazenda Macali e 170 Famílias ocupam a fazenda Brilhante são as ocupações que marcaram o início da organização do MST. A partir deste momento as ocupações de terra, reunida em tornos de grupos, surgiram de forma disseminada pelo país.

Nos anos de 1980, os trabalhadores ocupam a fazenda Burro Branco, em Campo Erê, em Santa Catarina, seguinte a ocupação da fazenda Primavera, na região de Andradina, em São Paulo, e em seguida a ocupação das fazendas Navirai e Glória de Dourados em Mato Grosso do Sul. Em Mato Grosso e Paraná mais invasões de terra, assim como na Bahia, Rio de Janeiro e Goiás. Estas ocupações são as lutas concretas do movimento nas formas de lutas e conquistas pela terra. No início, organizam-se isoladamente, principalmente na região do sul, mas marcadas com rápido crescimento e o aumento de números de famílias envolvidas e também a ampla divulgação entre os trabalhadores rurais, pelo enfrentamento e pela resistência (FERNANDES, 1996:77).

No começo da década de 80, com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Igreja Católica, aumentaram as ocupações de terras pelo país. Em 1982, a CPT promoveu o primeiro encontro de âmbito nacional, em Goiânia, para trocas de experiências nas lutas do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, para ocupação de terras.

1.1.4 A organização

Com a coordenação do CPT em 1981, as lideranças destas ocupações isoladas passaram a se encontrar. Estes encontros, inicialmente, foram no nível estadual e depois em nível interestadual, e finalmente em nível nacional. O movimento dos trabalhadores rurais, a partir da sua iniciativa própria com a necessidade de lutar pela reforma agrária definiu o seu I Encontro do Sem Terra, que deu nos dias: 20, 21 e 22 do mês de janeiro de 1984, com a realização na cidade Cascavel, Paraná. O CPT continua com o seu papel

importante como promotor deste evento. Através deste encontro o MST oficializa a sua fundação.

Neste encontro, foram reunidos, 150 participantes. Segundo João Pedro Stédile e Douglas Estevam, os participantes deste encontro foram: líderes de sem terra, agentes, sindicalistas, assessores e diversas entidades de classe de 14 Estados do país, discutiram e aprovaram a plataforma dos seus objetivos gerais.

De acordo com os autores, os resultados deste encontro propiciou 4 pontos importantes, o primeiro de tudo, definem os sujeitos que são considerados como sem terra que eventualmente se tornou como integrantes do movimento. A seguir, os princípios gerais são os fundamentos ou a causa primeira, em fim a razão que serve de base para a sua criação e integração. O movimento mostra a sua natureza de existência, o que está fazendo e o que vai fazer dos próprios sem terra para conquistar a terra, conquistar o espaço e apoiando o movimento na sua valorização e sustentabilidade como os seus princípios práticos. Terras que reivindicam e devem conquistar é o quarto ponto. Os autores relatam os resultados do encontro, foram os seguintes:

- “1º. Quem consideramos sem terra: Trabalhadores rurais que trabalham a terra nas seguintes condições: parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, chacareiros, posseiros, ocupantes, assalariados permanentes e temporários e os pequenos proprietários com menos de 5 hectares.
- 2º. Princípios gerais:
 - 1. Lutar pela reforma agrária já
 - 2. Lutar pela uma sociedade igualitária, acabando com o capitalismo
 - 3. Reforçar a luta dos sem terra com a participação dos trabalhadores rurais, arrendatários meeiros, assalariados e pequenos proprietários
 - 4. Que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha, tirando o seu sustento e da sua família.
 - 5. O Movimento dos Sem terra deve sempre manter sua autonomia política.
- 3º. Princípios práticos
 - 1. Unir-se na luta pela conquista da terra.
 - 2. Articular as nossas lutas através de encontros, visitas e trocas de experiências.
 - 3. Fortalecer o Movimento no nível estadual e nacional.
 - 4. Sensibilizar a opinião pública para os nossos direitos.
 - 5. Unir a luta do campo, da cidade e dos irmãos indígenas.

6. Ampliar o Movimento nos municípios e regiões ainda não está organizado.
 7. Buscar apoio das entidades, sindicatos, igrejas e denunciar os que não assumem a luta.
 8. Divulgar as lutas e conquistas.
 9. Envolver e pressionar os sindicatos para que assumam, junto conosco, a luta e ajudar os novos sindicatos e também derrubar as diretorias pelegas.
 10. O acesso a terra deve ser através da pressão e da luta.
 11. Não queremos terra por crédito fundiário, por BNH rural ou outros projetos e fundos da terra, que só desviam as verdadeiras soluções para nossos problemas.
 12. Os que conquistam a terra, trabalhar, cuidar e mostrar que quer a terra para trabalhar e não para negócio.
 13. Os que conquistaram a terra deve continuar apoiando o Movimento, inclusive materialmente.
 14. Em todas as conquistas da terra, deve-se discutir formas alternativas de posse e cultivo da terra.
 15. Somos contra a colonização do Norte e exigimos reassentamento dos sem terra nos Estados de origem.
- 4º. Terras que reivindicamos e devemos conquistar
1. Terras dos multinacionais.
 2. Terras dos latifúndios extensivos.
 3. Terras do estado.
 4. As terras mal aproveitadas.
 5. As terras que estão nas mãos de quem não precisa delas e que não são agricultores.”

Fernandes (1999, PP. 163-164) foi no espaço de tempo subsequente, isto é entre 1985 e 1990 que o MST acaba de tornando um movimento a nível nacional, espalhando-se por todo território e resistindo com seus acampamentos e assentamentos, fruto de conquista de uma massa que possui um sonho em movimento que é a luta pela democratização da terra.

No seu funcionamento, a sua base administrativa, possui um caráter descentralizador, uma vez que o movimento não possui cargos individuais, assim, a sua administração se baseia na direção coletiva, que por sua vez tem as suas representações por meios de instâncias de poder. Sua estrutura organizacional se baseia em uma verticalidade iniciada nos núcleos e seguindo pelas brigadas, direção regional, direção estadual e direção nacional. Paralelo a esta estrutura existe outra, a dos setores e coletivos, que trabalhar cada uma das frentes necessárias.

O movimento também funciona horizontalmente com outras instituições como parceiro em busca de uma forma agrária verdadeira. Dessa forma,

Fernandes afirma que o movimento adquiriu status de autonomia e heteronomia, como se nota na citação seguinte:

Autonomia porque a direção política do movimento não está subordinada as outras instituições, e heteronomia porque envolveram outras organizações políticas, como sindicatos, igrejas e partidos (FERNANDES, 1999, PP. 77-78)

De acordo com Fernandes (1999, p. 78-81), compreender a estrutura básica do MST, é preciso levar em conta que início de tudo é a ocupação da terra, sem a qual não teria sido concebida nenhuma estrutura. Para que ocorram novas ocupações, é imprescindível o trabalho de base que é o princípio ativo, isto é, trabalho socialização de casa para casa, a fim de organizar as famílias que iriam ocupar as terras pretendidas. Esse processo se da em todo o território e tem ganhando simultaneamente em suas ações por todo país.

É importante destacar que muito da estrutura organizacional do MST tem raízes nas práticas coletivas do acampado e do assentado, pois é nas massas que está efetivamente toda a força deste.

Referindo-se a estrutura orgânica do MST, segundo Morissawa (2001, p. 208), ele está dividindo em suas instâncias de representação:

- 1- Congresso Nacional (realizando a cada cinco anos),
- 2- Encontro Nacional (a cada dois anos),
- 3- Coordenação Nacional (composta pelos dois membros de cada estado),
- 4- Direção Nacional (composta por um numero variável de membros indicados pela Coordenação Nacional),
- 5- Encontros Estaduais (realizando anualmente),
- 6- Coordenações Estaduais (Compostas por membros eleitos nos Encontros Estaduais),
- 7- Direções Estaduais (composta por um numero variável de membros indicados pela coordenação estaduais),

- 8- Coordenações de Assentamentos e Acampamentos (compostas por membros eleitos pelos assentados e acampados, são responsáveis pela organicidade e desenvolvimento das atividades dos setores) e
- 9- Grupos de Base (composta pelas famílias, mulheres, jovens ou grupos de trabalhos específicos que tem por fim reproduzir: educação, formação, saúde, frente de massa, cooperação agrícola, comunicação etc.).

Para García (2004), os principais setores em que se estruturam as atividades do MST são:

- 1- Frente de Massas (planeja as ocupações e dirige os acampamentos);
- 2- Produção (atua na organização da produção nos assentamentos);
- 3- Educação (organiza escolas nos acampamentos e assentamentos);
Comunicação (divulga boletins na imprensa e incentiva as rádios comunitárias nos assentamentos);
- 4- Cultura (promove a cultura camponesa e o fomento de atividades culturais e esportivas no meio rural);
- 5- Saúde (acompanha as carências básicas no âmbito da saúde nos acampamentos e assentamentos);
- 6- Formação (encarrega-se do aprofundamento político e ideológico das bases acampadas e assentadas);
- 7- Gênero (responsável em organizar os Coletivos de Gênero e mobilizar politicamente as mulheres nos acampamentos e assentamentos).

É interessante ver que a preocupação com a questão de gênero está inserida no contexto do MST, inclusive como um dos principais setores do Movimento. Daí a justificativa do estudo desta dissertação. Isto é, estamos estudando a questão de gênero não só porque é um tema atual da sociedade como um todo, mas também porque é um assunto importante para o próprio MST.

Os setores dão sustentação à estrutura organizativa do MST e foram surgindo de acordo com as necessidades, enfrentamentos, debates, vivências ao longo da luta pela terra (STÉDILE e FERNANDES, 1999). Com o de gênero não foi diferente. Embora seja apresentado como o setor responsável pela organização política das mulheres, foram muitas as tensões em torno da criação deste setor e, por conseguinte, da participação feminina nas diferentes instâncias de poder do movimento.

Hoje, o Movimento Sem terra, o Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados dos 27 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2009).

O MST possui dentro de si vários movimentos, agrupa diferentes classes sociais e por isso abriga diferentes tipos de atuação e uma variedade de aspectos e escalas de ação. Na sua formação há agricultores já assentados, que conseguiram através do movimento social realizar a conquista da terra e preocupam-se em atuar no Movimento Sem Terra. Há o movimento feito pelos militantes de esquerda que atuam nas secretarias nacionais, estaduais, direção nacional e coordenação, auxiliam a organização de encontros e congressos e são responsáveis por articular informações em nível nacional, estadual e regional.

Segundo Grynszpan (2003), mais do que uma organização, o MST se impôs à percepção dos cidadãos como um movimento social vinculado as ações do impacto, grandes manifestações, marchas e ocupações não somente de propriedades, mas também de espaços e prédios públicos. Pressão, mobilização, luta são, portanto, elementos constituidores de sua identidade.

É possível afirmar que os sem terra, homens, mulheres e crianças participam na ocupação de terras devolutas e latifúndios improdutivos como uma força política da classe trabalhadora. Nas ocupações a estrutura se

organiza e criam novas formas de gestão do território, estabelecem acampamentos e assentamentos.

Figura 1: Encontro em assentamento do Rio Grande do Sul celebrou os 25 anos do MST (Foto: Verena Glass)



Fonte: <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1493>

As invasões de terras e os acampamentos nacionalizaram-se, afirmaram-se como tática privilegiada na busca da reforma agrária. Tornando-se indissociável dessa tática, o MST também condicionou sua visibilidade pública e sua força, largamente, à promoção de ocupações, à produção de fatos políticos, o que, com conjunturas desfavoráveis, se constitui em fator de tensão.

1.2A mulher no MST

Falando sobre a mulher no MST, isso, contando a presença delas neste Movimento é certamente, desde os trabalhos de base na luta pela terra, logo antes da ocupação, predomina a participação ativa das famílias nucleares.

Pais, mães e filhos estão sendo presentes nas atividades organizadas pelas comissões e setores nos níveis nacional e regionais, assim também realizado nos coletivos criados nos acampamentos ou assentamentos. Segundo Esmeraldo (2007):

A presença de mulheres no Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST é encontrada desde o início da década de 1980, época de sua criação.

Ancoradas num movimento social de caráter classista e misto, que prioriza a luta pela conquista da terra, pelo trabalho livre, pela produção agropecuária em bases ecologicamente sustentáveis, as mulheres iniciam-se no movimento participando das ocupações de terra e das marchas pelos Estados brasileiros (ESMERALDO, 2007, p. 246),

Desrespeito a presença dos integrantes do MST principalmente as mulheres, os jovens e as crianças, ao lado dos homens, a organização vê a participação da mulher é algo fundamental onde a mulher desempenho dupla jornada na esfera doméstica e na esfera política do Movimento, assim, deliberou organização da mulher dentro do Movimento com objetivo a busca pela emancipação da mulher. Como relata Morissawa (2001, p. 211):

A coesão é uma condição básica na organização de luta, e o MST a vê como fundamental para evitar o isolamento, principalmente das mulheres, dos jovens e das crianças, Nesse sentido, a participação das mulheres nos diferentes setores e instâncias do movimento é considerada essencial.

A preocupação do MST com questão de gênero consubstanciou-se numa das deliberações do 4.º Encontro Nacional²,.....”priorizar a organização dos jovens e das mulheres em todos os níveis dos assentamentos”.

O período de 1997 a 1999 foi decisivo, contando com uma atuação destacada por parte das mulheres integrantes do MST. No decorrer deste ano alguns fatos relevantes ocorreram e culminaram para a formação de um Coletivo de Mulheres – o que mais tarde passaria a ser o Coletivo de Gênero. Como afirmam Bonfin e Deere apud Gonçalves:

Se na fase inicial do MST a preocupação com a presença das mulheres é quase nula, paulatinamente, nos anos 1990 começou a ser criado um Coletivo Nacional de Mulheres do MST. A “invisibilidade” da participação feminina passou a ser o objeto de

debates e resoluções. No artigo 45 do *Documento Básico do MST*, de 1993, é enfatizada a necessidade de “Considerar as questões específicas das mulheres e sua participação como parte integrante das reivindicações e da organização, tratando como classe e não enquanto gênero”; além disso, no artigo 152, ressalta-se que é preciso “garantir a participação das mulheres em todos os níveis da cooperação agrícola e sobretudo estimular sua participação no trabalho produtivo, como também combater as desigualdades e o tradicionalismo que existe no meio camponês”. Com efeito, são muitos os depoimentos e textos que se referem ao meio camponês como sendo um lugar de permanência do machismo e de recuo político das mulheres. Campos, por exemplo, em sua entrevista ao jornal *O Povo*, dizia que guardadas as especificidades regionais, pois o Sul e o Nordeste contam com maior inserção feminina, “o que se percebe é que o machismo é muito maior no meio rural e o MST trabalha justamente com esse público” (Bonfin, 2002). Os lutadores camponeses sem-terra quando transformados em assentados parecem se tornar mais machistas e o recuo da participação política das mulheres é uma constante. As entrevistas realizadas por Cristiani Bereta da Silva em assentamentos do estado de Santa Catarina revelam “que a ‘pouca’ participação feminina era um problema que o movimento precisava resolver” (2004a, p. 270). À mesma conclusão chegam as ativistas entrevistadas por Carmen Deere. Para estas, “depois da conquista da terra, nos assentamentos, um grande número de mulheres volta a fazer apenas trabalho interno, na roça, em casa ou com as crianças. Por isso, é necessário que as mulheres se organizem e participem da luta da classe trabalhadora em todas as instâncias” (DEERE, 2004, p. 186-187).

O reconhecimento da necessidade de participação das mulheres no MST é fruto de um processo complexo e contraditório ainda em andamento. Na fase inicial, o movimento se debruçou muito pouco sobre as chamadas questões de gênero e em suas primeiras publicações a preocupação com a formação das mulheres é nula. A chamada “questão da mulher” ou estava ausente ou era tratada como assunto interno e, portanto, não necessitava ser publicizada (Silva, 2004, p. 40).

Segundo Fernandes (2000:38), a primeira manifestação de organização das mulheres, surgiu no 1º. Congresso do MST no qual:

...as mulheres compuseram a organização e iniciaram os trabalhos para a formação da Comissão Nacional das Mulheres do MST. Em março de 1986, conquistaram o direito de receberem lotes na implantação dos assentamentos, sem a condição de serem dependentes de pais ou irmãos. Nesse período, nos Estados, as mulheres sem-terra organizaram encontros para reflexão e avaliação das formas de participação na luta.

Em meados da década de noventa, as mulheres do Partido dos Trabalhadores (PT) passam a ter um importante papel na organização das mulheres do campo, a partir da CONTAG, através da Marcha das Margaridas⁷ e do MST.

A questão da condição feminina é levada então para o campo numa luta para que a titulação das terras fosse também para as mulheres; e contra a violência doméstica - durante muito tempo ignorada - presente também nos acampamentos e assentamentos; e pelo direito de notas (fisco/ financeiras) em nome das mulheres. Hoje, a discussão encontra-se bastante avançada com e pelas mulheres do campo, levando em conta o gênero nas relações sociais, mas, sobretudo, a luta contra o capitalismo, a agressão do agro-negócio ao meio ambiente e a questão da soberania alimentar.

A Marcha das Margaridas é uma estratégia política construída pelas mulheres trabalhadoras rurais, organizadas no Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), para combater a fome, a pobreza, a violência sexista e construir um novo Brasil com justiça, paz e igualdade de gênero.

No ano 2000, fortalecendo a Marcha Mundial das Mulheres, foi realizada a primeira Marcha das Margaridas, que reuniu em Brasília 20 mil mulheres de todo o Brasil. Teve como lema: 2.000 Razões para Marchar - Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista (CETRA).

Com a realização das duas Marchas das Margaridas, o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais teve como principais propostas negociadas: Título da Terra em nome do homem e da mulher, criação da coordenadoria de Educação do campo, ampliação da meta para implantação das Delegacias Especiais de Atenção às Mulheres, projeto de

⁷ A marcha das trabalhadoras rurais recebeu o nome de Marcha das Margaridas em homenagem à Margarida Maria Alves, assassinada em agosto de 1983, na porta de sua casa, a mando dos latifundiários do Grupo Várzea, na cidade de Alagoa Grande, Paraíba. Margarida foi Presidente do STR de Alagoa Grande se destacando por lutar em defesa da garantia dos direitos dos trabalhadores/as rurais assalariados/as.

Saúde Reprodutiva; Assistência Técnica com enfoque de gênero, programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, inclusão das Mulheres Trabalhadoras Rurais nos programas do Governo Federal, manutenção dos Direitos das Trabalhadoras Rurais no seguro especial na Previdência Social.

Portanto, imersão das mulheres no MST não são apenas lutar para ganhar o lote de cultivo para as necessidades domésticas para sua sobrevivência e segurança de sua família., mas elas faziam parte também nas estruturas organizacional do Movimento como militantes que têm os mesmos deveres com os demais membros, além disso, elas também desempenham papel importante para a mudança social, lutaram por direitos de igualdade entre homens e mulher, que consideram fundamental para a sua expectativa de vida como ser humano.

1.3. O MST no Distrito Federal e entorno

De acordo com a história do surgimento MST, pela modernização do setor agrícola, pela introdução de maquinários para meios de produção, pelo aumento da concentração da terra, a expulsão dos pobres da área rural. Por causa disso, resultou, o aumento dos desempregos em regiões agrícolas, enquanto disso o êxodo para a cidade. Os outros motivos do êxodo rural, em busca de empregos de empregos de boa remuneração, fuga de desastres naturais (secas, enchentes, etc.), qualidade de ensino e necessidade de infra-estruturas e serviços (hospitais, transportes, educação, entre outros). A consequência disso, muitas vezes provoca problemas sociais. Promovendo desempregos nos centros urbanos que estimula a precarização das condições de vida da população.

O fato relacionado ao êxodo rural no DF ocorreu com a construção de Brasília no final da década de 1950. Muitos migrantes do Norte e Nordeste do país foram em busca de empregos na região central do país, principalmente na construção civil. As cidades satélites de Brasília cresceram desordenadamente,

causando vários problemas sociais, que persistem até os dias de hoje. Como aponta Faria:

Na história do Brasil, por exemplo, podemos citar a migração das regiões do nordeste onde predominava a agricultura da cana, para o sudeste onde floresciam as culturas de café ou mesmo para o norte, para os seringais. E, mais tarde, em tempos mais recentes, lá pela década de 50, se inicia uma nova migração, desta vez para a nova capital do país, Brasília. A migração para Brasília fez surgir inúmeras cidadelas que não estavam nos planos de infra-estrutura e que, por terem se instalado nos arredores da grande capital, foram chamadas de “cidades-satélite”. (FARIA, 2010)

O solo do Brasil ostentava uma imensa riqueza natural e uma vasta extensão territorial, por outro lado, sofria uma enorme discrepância social entre classes. O crescimento dos pobres e da miséria continuam persistir e cada vez mais aumentam. Considerando a condição de precarização de vida na capital os Sem Terra em Brasília resolveram conquistar a terra por meio de construir barracos nos acampamentos no DF e Entorno, afins de ganhar lotes para construção de casas e para trabalho agrícola com objetivo de sustentar a sobrevivência da família.

O Sem Terra em Brasília-DF que viviam nas Cidades Satélites não tinham para si, as alternativas de vida viável e digna senão participar na ocupação de terra como uma força política única e coesa, a da classe trabalhadora.

Segundo a Paula,⁸ existem Acampamentos e Assentamentos sob a coordenação do DF que denomina coordenação do DF e entorno. Os acampamentos existentes no DF e entorno⁹ são: Acampamento Gabriela-Brazilândia, Acampamento Pequeno William-Sobradinho (transferiu para Pré-

⁸ Atual Secretária Nacional do MST em Brasília.

⁹ O DF e entorno é uma política de distribuição e mobilidade espacial da população, que são associadas ao processo de urbanização e estruturação intra-urbana na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride, envolvendo, além do Distrito Federal, municípios pertencentes aos Estados de Goiás e Minas Gerais. A Ride apresenta especificidades relacionadas ao processo de desenvolvimento econômico, à ocupação territorial e à gestão urbana, que a diferenciam das demais aglomerações urbanas e regiões metropolitanas nacionais, principalmente no que se refere às possibilidades de atuação estatal na gestão urbana, pelas peculiaridades do processo de ocupação territorial do Distrito Federal. A Ride2 é composta pelo DF, pelos municípios goianos de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa e pelos municípios mineiros de Unai e Buritis (Caiado, Maria Célia Silva. Estruturação intra-urbana na região do Distrito Federal e entorno: a mobilidade e a segregação sócio-espacial da população. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol22_n1_2005/vol22_n1_2005_5artigo_p55a88.pdf).

Assentamento Pequeno William-Planaltina, Pré-Assentamento Oziel Alves II-Pipiripau-Planaltina, Assentamento A. Cunha-São Sebastião e Assentamento Unai - Minas Gerais. Estes Acampamentos e Assentamentos estão sob a Coordenação Regional que tem sede na Cidade Satélite¹⁰ de Sobradinho.

Por falta de referências, não foi possível relatar completamente quais foram os processos que fizeram chegar à formação e organização do MST no DF e Entorno (por exemplo: Entorno é necessário saber a sua dinâmica espacial, descobrindo seus desdobramentos, os autores envolvidos e as condições espaciais onde estão inseridos).

Mesmo que não tem materiais suficientes para descrever a o MST no DF, de fato que os Sem Terra no DF conseguiram se organizar, homens, mulheres, jovens e crianças pela busca da posse da terra com o plano político, onde a perspectiva e a reforma agrária. Fernandes apud Junior (2007) aponta, “os meios de ocupação da terra onde os Sem Terra começaram com as construções de barracos é um fato, que os Sem Terra tem como condições de começar a construir-se enquanto movimento social organizado”.

O processo do enfrentamento dos Sem Terra no Distrito Federal reflete o caráter tenso da luta pela terra que se instalou nas regiões da Cidade Satélite e Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF e Entorno) é uma região integrada de desenvolvimento econômico.

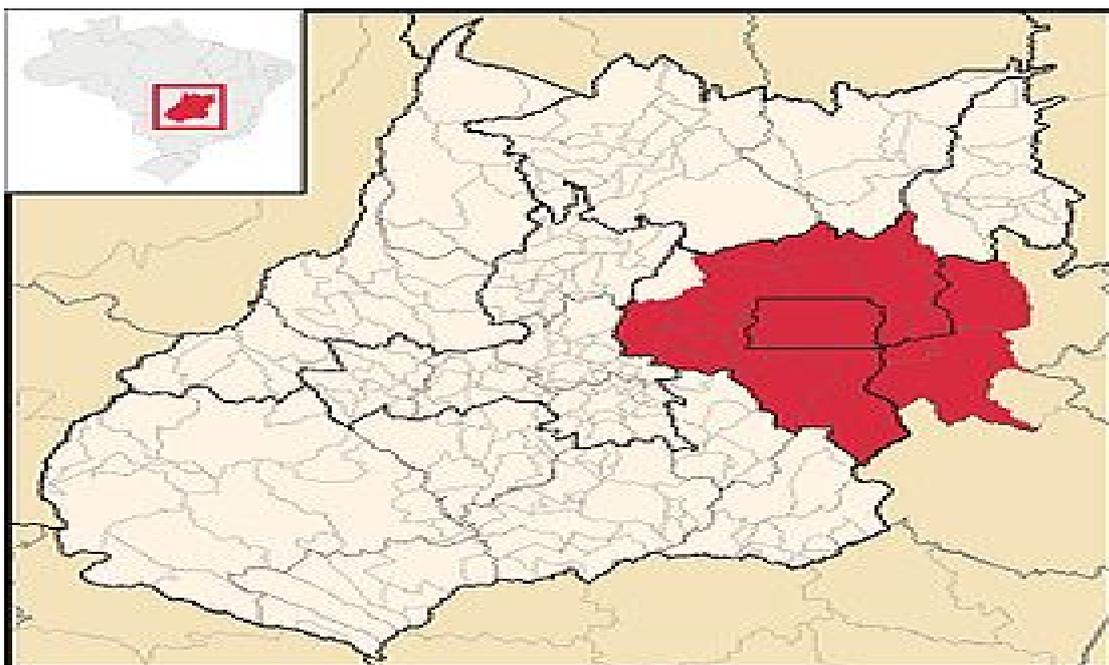
Essa classe trabalhadora que veio a se formar, a se organizar e a desempenhar uma luta pela reforma agrária no DF e Entorno, é constituída por trabalhadores rurais de experiências distintas e também de trabalhadores egressos dos centros urbanos. São parceiros, meeiros, bóias-frias, pequenos produtores, e trabalhadores urbanos desempregados e que já vivenciaram as diferentes facetas da precarização do trabalho, mas, sobretudo a radicalidade do desemprego.

¹⁰ Cidade-satélite é uma designação usada para se referir a centros urbanos surgidos nos subúrbios de uma grande cidade. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade-satélite>

Neste contexto de acordo com o local de pesquisa, o MST estão organizados nos acampados: Pré-Assentamento Oziel Alves II e Acampamento (Pré-Assentamento) Pequeno William.

O Pré-Assentamento, Oziel Alves II, núcleo rural Pipiripau de Planaltina do DF, localizado no BR-020, 168 famílias do MST estão assentados num local de 2.400 hectares de terras produtivas. Neste Pré-Assentamento, os Sem-Terras se organizam em 16 grupos nucleares, que constituem por 10 famílias em cada grupo. Onde em cada família ocupa 7 hectares de terra para produção. Anualmente, eles produzem quase em todas as safras de soja, milho, mandioca, quiabo, banana, mamão, entre outros e também animais caseiras como galinha e porco e até ovos.

Figura 2: Mapa do DF e Entorno



Fonte:http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Integrada_de_Desenvolvimento_do_Distrito_Federal_e_Entorno

O acampamento Pequeno William, localizado na região da Cidade Satélite do Sobradinho, no BR, KM 012. Neste acampamento, 42 famílias dos

Sem-Terra se organizam em 4 grupos nucleares.¹¹ Assentaram mais de 4 anos, no terreno não produtivo da União.

Em setembro de 2010, os Sem-Terra do Pequeno William mudaram para o local do Instituto Federal de Ciências e Tecnologia (IFCT), Campus Planaltina (Antigo Colégio Agrícola), ganhou novo estatuto de Pré-Assentamento. Este acampamento é localizado no DF 128, KM 25, a distância de 3 KM do Campus do IFCT.

Alem de mudança de moradia e novo estatuto de Pré-Assentamento, houve também alterações na composição de famílias no interior deste movimento. 13 famílias, ou seja, 40% dos integrantes desistiram do seu núcleo. Neste momento, 29 famílias estão acampadas neste novo local e se organizam em 3 grupos nucleares.

O processo de transformação deste Acampamento foi acelerado comparando com os outros assentamentos que já resistiram mais de 8 anos, como o Acampamento Gabriela de Brazilândia, e Pré-Assentamento Oziel Alves de Planaltina que até agora ainda não conseguiram estatuto definitivo sobre a posse da terra.

Segundo Charles um dos coordenadores, afirmou:

“o nosso processo foi rápido porque ocupamos a terra do federal, não ocupamos a terra alheias por isso é mais fácil para Governo determina o nosso estatuto. (CHARLES, entrevista em 29 de novembro de 2010).

Segundo Stédile apud Lima (2006), o movimento dos Sem Terra surge a partir da sua formação e territorialização. A ocupação de terra é a parte fundamental para ganhar lotes para construção de casa e para trabalhar. Assim, os Sem Terra no DF se organizam e faziam resistência através de construir barracos nos acampamentos, começaram a produzir e reproduzir nos

¹¹ O qual, cada grupo nuclear composta por 10 famílias, os restos podem se integrar em qualquer grupo.

lotes que eles dividem entre eles, enquanto aguardando o documento da posse da terra da parte do Governo.

CAPÍTULO II

A IMPORTÂNCIA DAS MULHERES LÍDERES DO MST NO DF E ENTORNO E SUA VALORIZAÇÃO ENTRE AS DEMAIS LIDERANÇAS.

Uma das questões para compreender o papel da mulher na sociedade do mundo contemporâneo, que aqui propomos, é a de que estamos cientes de uma realidade de desigualdade entre os sexos. Com freqüência as diferenças as características biológicas de homens e mulheres. As características específicas dos aparelhos reprodutores femininos e masculinos, o seu funcionamento e aos caracteres sexuais secundários decorrentes dos hormônios, são usados para destacar a diferença.

Para nós, nesta dissertação, a diferença importante refere-se às relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres que são o resultado de uma construção social do papel do homem e da mulher e que podem ter sido construídas, dentre outras motivações, a partir das diferenças sexuais como já sinalizadas. Assim sendo, esperava-se encontrar na pesquisa de campo, nos assentamentos, essas diferenças de poder entre os homens e as mulheres.

Gênero é uma categoria útil para análise histórica. O conceito de relações de gênero tem uma história longa. A partir da década de 1970/80, este conceito passa a ser usado para designar a construção social da feminilidade e da masculinidade.

Gênero refere-se, as construções que a sociedade faz e determinam o papel que se atribui a mulheres e homens, numa cultura específica. Entender que os papéis do gênero não são naturais nem imutáveis permite discutir que estes papéis podem mudar e tornar-se mais equitativos.

Sendo o gênero uma construção social, ele não se apresenta sempre da mesma forma em todas as épocas e lugares, como também varia de acordo com a classe social, a raça, a idade e a opção sexual.

Tournier (2008), ao enfatizar a complementaridade entre homem e mulher, destaca que a mulher não precisa ser feminista, mas apenas feminina e contribuir onde estiver com a ótica de mulher.

Há duas formas que predominam no modo de relação do homem e da mulher: a relação objetiva que reflete a tendência racional do homem; e a relação pessoal, que reflete a tendência afetiva da mulher. Se, por um lado, estas duas formas aparecem em ambos os sexos, tradicionalmente a sociedade moderna enfatizou as diferenças, ficando como sendo “verdade” que o homem é mais racional e a mulher mais afetiva. Desta “verdade” questionada inicialmente por poucos e, no século passado, plenamente questionável, é que talvez tenha saído a justificativa na relação privada entre marido e mulher de que é o homem quem manda. Isto é: o homem manda porque é mais racional e porque é o provedor da casa.

A relação objetiva nos é ensinada desde o maternal, ela domina nossa concepção de mundo e da vida, não apenas dentro das ciências naturais, mas dentro das ciências econômicas, sociais e humanas. Ela constitui a norma, universalmente divulgada e reconhecida em todos os domínios. Enquanto que a relação pessoal é menos valorizada e pouco cultivada. O homem, que está à mercê dessa sociedade racional, é pouco consciente do que lhe falta. Ao passo que a mulher experimenta certa inquietação. Sua vida afetiva e sua necessidade de contato pessoal não encontram condições favoráveis.

2.1 O Papel das Mulheres em Movimentos Gerais

Segundo Cabral e Diaz (1999), o espaço espacial e temporal, determina a construção e a mudança do homem ou mulher nas suas vivências desde a sua criação, como ser humano singular e social “ O papel do homem e da

mulher é constituído culturalmente e muda conforme a sociedade”. Os autores afirmam:

Esse papel começa a ser construído desde que o(a) bebê está na barriga da mãe, quando a família de acordo à expectativa começa a preparar o enxoval de acordo ao sexo. Dessa forma, cor de rosa para as meninas e azul para os meninos. Depois que nasce um bebê, a primeira coisa que se identifica é o sexo: “menina ou menino” e a partir desse momento começará a receber mensagens sobre o que a sociedade espera desta menina ou menino. Ou seja, por ter genitais femininos ou masculinos, eles são ensinados pelo pai, mãe, família, escola, mídia, sociedade em geral, diferentes modos de pensar, de sentir, de atuar.

As relações de gênero são produto de um processo pedagógico que se inicia no nascimento e continua ao longo de toda a vida, reforçando a desigualdade existente entre homens e mulheres, principalmente em torno a quatro eixos: a sexualidade, a reprodução, a divisão sexual do trabalho e o âmbito público/cidadania. (CABRAL e DIAZ, 1999)¹²

Conforme, na abertura deste capítulo, foquei o papel da mulher no âmbito do espaço público, ou seja, nas suas relações sociais. Os privilégios que lhe concedeu para organizar e liderar. A mulher como uma totalidade em relação com os outros e com a natureza onde ela está inserida. Nas esferas ambientais de casa, da escola e do trabalho.

No entanto, na sociedade moderna, a mulher está cada vez mais conquistando seu espaço no ambiente profissional e participando das mudanças ocorridas na contemporaneidade. Aos poucos, as habilidades e características femininas começam a ser valorizadas pela sociedade, fazendo com que a mulher deixe de ser mera coadjuvante em determinados segmentos sociais e profissionais, possibilitando cada vez mais alcance posições estratégicas em suas posições (NASCIMENTO, 2009).

Ainda segundo este autor, na sociedade atual a mulher vem aprendendo a lidar com os problemas e discernir as dificuldades encontradas na dupla e as vezes na tripla jornada de trabalho, no lar e fora dele. As mulheres vêm ao longo dos anos participando para construção de uma sociedade mais justa, de

¹² Francisco Cabral e Margarita Diaz (1999). Relações de gênero. Disponível em: http://www.adolescencia.org.br/portal_2005/secoes/saiba/textos/sexo_genero.pdf. Acesso em 20 de maio de 2010.

um mundo melhor e mais equilibrado, no qual se desenha um novo papel para a mulher moderna.

Segundo Scott (apud SIQUEIRA, 2008), a história das mulheres tem uma força política potencialmente crítica, uma força que desafia e desestabiliza as premissas disciplinares estabelecidas, principalmente, porque este tipo de história questiona a prioridade relativa dada à “história do homem”, em oposição à “história da mulher” e desafia a competência de qualquer reivindicação da história de fazer um relato completo quanto à perfeição e à presença intrínseca do objeto desta ciência – o Homem Universal. Sua força ecoou e contribuiu para o discurso da identidade coletiva que tornou possível o movimento de mulheres da década de 1970 (p. 81-83). Afirma Scott (apud SIQUEIRA, 2008) que: “uma tal metodologia implica não somente uma nova história de mulheres, mas também uma nova história”.

Hoje as mulheres têm o direito de trabalhar e estão presentes e ganham espaços em vários domínios públicos ou privadas, exercem muitas funções. Além de dona-de-casa, mãe e esposa, ela tem sua profissão ou trabalho no mercado. Assim sendo, atualmente a mulher exerce todas as funções que antes eram executadas pelo homem, conquistando assim seu espaço e está à frente das grandes pesquisas tecnológicas e científicas mundiais mostrando sua capacidade.

A repercussão do movimento feminista levou à formulação do conceito de gênero, e os vários campos do saber o têm incorporado como uma teia de relações de poder que se estabelecem entre as mulheres e os homens (apud SIQUEIRA, 1994). Na realidade, deve-se repensar a família, não mais como um conjunto homogêneo, mas uma situação de convivência entre indivíduos de sexos diferentes que realizam atividades produtivas e reprodutivas, compartilhando um projeto de sobrevivência.

De acordo com Hildete Pereira de Melo e Marta R.Castilho (2007) o problema é que o desconhecimento da especificidade da contribuição das

mulheres leva a aumentar a subestimação das práticas por elas exercidas no espaço familiar e no produtivo, acentuando a idéia do subemprego feminino. A invisibilidade que cerca o estudo das diferenças de gênero fortalece a reprodução das desigualdades junto às possibilidades e às oportunidades de emprego que podem ser oferecidas às mulheres pelo desenvolvimento.

Depois de conquistar o seu espaço, a obrigação e responsabilidade da mulher ficou cada vez maior. O papel das mulheres que trabalham, a sua carga horária e o seu desempenho aumentam, muitas vezes, elas não conseguem assumir as suas obrigações e responsabilidades como mulher e mãe.

Tarefas relacionadas aos filhos são consideradas como de mulheres. E o trabalho da mulher é visto como uma extensão de seu papel de mãe, esposa, dona-de-casa superposto a outras atividades.

A participação das mulheres na política e nos postos de decisão é uma das áreas de menor representação das mulheres na sociedade, não se podendo ainda falar de democracia paritária, com representação equilibrada de ambos os sexos nos cargos políticos e de tomada de decisão.

O desenvolvimento econômico de um país depende da força econômica do seu Estado. Para fazer com que a economia do Estado forte e resistente, o papel dos homens e mulheres é considerado igual e importante. As mulheres também têm grandes papéis importantes na economia mundial e do seu país através das atividades produtivos e reprodutivos.

Muitos fatores que levam as mulheres a exercer profissões podem ser citados tais como a de melhorar a qualidade de vida, para aliviar a carga de pai, para pagar dívidas, não ser mais dependente do marido e aumentar a sua identidade social. Como observa Nascimento (2009) "a mão-de-obra feminina tem sido cada vez mais aceita e solicitada".

Diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo, na agricultura, permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho

geralmente aparece como ‘ajuda’, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles. Numa pesquisa realizada em Cruzeiro do Sul (RS), Brumer e Freire (1983/1984: p.318), verificaram que:

Na divisão de trabalho que se estabelece entre os sexos, ao homem cabe geralmente a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como lavrar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca. Também cabe ao homem o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o trator. À mulher, de um modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve. Entre as tarefas em geral executadas pelas mulheres estão praticamente todas as atividades domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim”. (BRUMER e FREIRE, 1983/1984: p.318)

Essa citação nos mostra que também no campo se realiza essa diferenciação entre homens e mulheres. E, provavelmente, no campo se realiza com mais força, pois se sabe sociologicamente que o campo é sempre mais conservador que as pessoas da cidade.

Seria importante, então, saber como essa relação entre homens e mulheres se dá em lugar que é no campo, mas envolve uma luta nada tradicional como é a luta do MST que é a luta pela terra. Esses homens que estão nos acampamentos seriam menos conservadores ou reproduzem os seus preconceitos em relação ao papel da mulher?

2.2 O Papel das Mulheres no MST

Compreender a presença das mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra implica distinguir diferentes espaços de participação, cujos principais e mais conhecidos são:

1) a ocupação, quando com frequência estão na linha de frente nos confrontos armados com o aparato repressivo “clandestino” e/ou estatal;

2) o acampamento, onde, apesar das constantes e violentas investidas dos jagunços das fazendas, há uma maior participação política das mulheres e quando se vive o mais próximo de uma igualdade entre os sexos; e

3) o assentamento, quando percebemos um recuo das mulheres para a chamada esfera doméstica (GONÇALVES, 2009).

As lutas femininas nos movimentos estão presentes, sobretudo no seu cotidiano, onde elas têm que articular demandas de suas vidas privadas com as exigências do trabalho de militância.

Figura 3: Mulher com a bandeira do MST na mão



Fonte: <http://passapalavra.info/?p=20861>

Segundo Netinha, a coordenadora de frente de massa da Região do DF e Entorno, na sua casa no Pré- Assentamento Oziel Alves II, fez a sua afirmação sobre o papel das mulheres na Frente de Massa:

“sempre fazemos nossas ações com muito cuidado para não prejudicar o movimento. Como dirigente da Frente de Massa, na mobilização de massa sempre conscientizamos os nossos companheiros sobre o que estamos fazendo. Nas reuniões. Nas reuniões e nas assembléias as mulheres apresentam mais as questões sobre a “educação e saúde”, que elas sentem são mais fundamentais para a vida familiar e para o futuro dos filhos

comparando com os homens que mais se preocupam com a segurança, a lavoura e o crédito, entre outros assuntos.”(NETINHA, 17 de agosto de 2010).

Além de estarem presentes em diversos encontros nacionais e estaduais de mulheres, participando das diversas esferas organizativas do MST como os setores e instâncias, criaram o Coletivo Nacional das mulheres do MST como mais uma atividade de organização do movimento e um espaço para debate sobre as ações das mulheres na luta pela terra e as relações sociais envolvidas nesse processo. Segundo Fernandes (2000:38), a primeira manifestação de organização das mulheres, surgiu no 1º. Congresso do MST no qual:

...as mulheres compuseram a organização e iniciaram os trabalhos para a formação da Comissão Nacional das Mulheres do MST. Em março de 1986, conquistaram o direito de receberem lotes na implantação dos assentamentos, sem a condição de serem dependentes de pais ou irmãos. Nesse período, nos Estados, as mulheres sem-terra organizaram encontros para reflexão e avaliação das formas de participação na luta. (FERNANDES, 2000:38)

Figura 4: A marcha, uma das lutas das mulheres do MST



Fonte: <http://passapalavra.info/?p=20861>

Ao longo da luta pela terra houve varias violências e vitimas¹³ nas conquistas do movimento, por isso a segurança sempre foi valorizada nas ações do movimento, utiliza-se estratégias para alcançar os objetivos e para não ocorre nenhuma violência. Pode-se se levantar a questão sobre a capacidade das mulheres de consciência política. Algumas mulheres se conscientizam que quem mais sofre são elas mesmas e, por isso, elas não se cansam de relembrar e recomendar as suas opiniões para qualquer ato do movimento.

Muitas das mulheres deixam nitidamente claro a sua aversão à idéia de que a atuação delas deveria se concentrar no âmbito doméstico e ao homem caberia tomar decisões no âmbito público.

Educação e Saúde são dimensões da vida humana, normalmente separadas, mas que precisam permanecer sempre juntas. Assim, educação é essencial. As pessoas estão necessitando educação¹⁴ porque, em geral as famílias não têm mais tempo para os filhos. E, por falta de tempo e a própria capacidade para ensinar: os valores da sociabilidade; o respeito mútuo; os valores do estudo; a disciplina física e mental; normas básicas de saúde preventiva, inclusive pela higiene e boa alimentação estão sendo atribuição das escolas.

Essa questão da escola é apontada pelas mulheres entrevistadas além de outras questões, tais como a preocupação com o meio ambiente. A afirmação da Paola, uma das coordenadoras da Região sobre as contribuições

¹³ Nos últimos 20 anos, cerca de 1,5 mil lideranças rurais foram mortas. Desse total, apenas 76 casos foram julgados e apenas em 16 deles houve condenação. Matéria de Maurício Hashizume na [Agência Carta Maior](http://www.consciencia.net/arquivo/agraria-violencia.html), em 8/3/2006. Disponível em: <http://www.consciencia.net/arquivo/agraria-violencia.html>.

¹⁴ Nos assentamentos da Reforma Agrária espalhados por todo o Brasil vivem hoje mais de quinhentas mil famílias que demandam a efetivação do direito constitucional a uma educação básica que atenda suas necessidades para alavancar o desenvolvimento sócio-econômico e cultural das comunidades de modo sustentável. Promover a alfabetização e elevar o nível de escolaridade deste segmento populacional por meio de ações educativas articuladas entre si foi o desafio a que se propôs o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Trata-se de um programa social singular, incluído na agenda governamental no final dos anos 90 pelas mãos da sociedade civil, especialmente dos movimentos sociais do campo. Disponível em: <http://www.consciencia.net/arquivo/agraria-edu.html>

das mulheres Sem Terra não só pela reforma agrária, mas também pela questão ambiental no DF e Brasil em geral:

“a nossa luta não é só a questão da terra. Antes as mulheres ficavam no espaço privado, tinham idéias, mas não tinham coragem de debatê-las com os homens; mas hoje já conquistamos o espaço público. Acompanhamos sempre a pauta dos debates da sociedade. Por exemplo, na questão da reforma agrária e na questão ambiental sempre procuramos a Bancada Ruralista no Congresso e temos nossas propostas para apresentar”. (PAOLA, 12 de agosto de 2010).

Essa declaração mostra que no MST as mulheres não simplesmente lutam para um terreno de casa e cultivo. As mulheres também se esforçaram para ganhar outros espaços. Até conseguiram influenciar o órgão Legislativo do país contando com apoios importantes e oposição igualmente importantes. Um dos grupos atuantes no legislativo brasileiro com relação a reforma agrária é a Bancada Ruralista do Congresso e não representam um apoio ou parceiro das suas aspirações em virtude da questão do meio ambiente.

As mulheres, por razões sociais e culturais, ainda, são as principais responsáveis pelo cuidado das gerações futuras e das passadas, da alimentação e preservação saúde e educação, além de estarem presentes na melhoria da qualidade de vida nas comunidades. As suas relações com a natureza é cotidiana. Afinal estão sempre conscientes que, ainda, sempre lidam com a manutenção da vida no planeta.

Quanto ao direito à posse da terra, para Adriana, uma das acampadas do Acampamento Pequeno William, atual Coordenadoras da Educação da Região do DF e Entorno, no Escritório do Sobradinho, disse:

“antes as mulheres não tinham posse da terra, nem participavam do plano de desenvolvimento do movimento. Hoje exigimos a posse da terra em nome da mulher.” (ADRIANA, 12 de agosto de 2010).

As mulheres sempre têm força de vontade para conquistar o seu direito na tomada de decisão da organização onde ela está inserida e o direito para a titularidade da terra como um do objetivo principal da sua luta no movimento.

GONÇALVES (2009) afirma ainda que, na impossibilidade de reproduzir aqui um estudo minucioso de como as mulheres participam nos vários espaços do MST, optamos por retratar o trajeto da construção de um espaço de participação muito pouco estudado e que, no entanto, é o pilar das diferentes formas de organização das mulheres no interior do MST: o Setor de Gênero.

Este setor, assim como os vários outros, estabelece os laços entre ocupação, acampamento e assentamento e é igualmente produto das e o ponto de partida para as reflexões acerca da politização e ação das mulheres no Movimento. Neste sentido, está não somente entranhado na estrutura organizativa nacional, como também é fonte de reflexão e debates constantes nas instâncias regionais.

A dinâmica da construção de um novo modo de vida representa um empoderamento entendido por Carmem Diana Deere e Magda Lena Leon apud Deere (2004) como um processo que requer uma

“transformação no acesso da mulher tanto aos bens quanto ao poder [...], um a pré condição para obtenção de igualdade de homens e mulheres.

Hoje, um dos problemas que mais preocupa os movimentos sociais, populares ou coletivos, até porque tem influência direta na continuidade de suas lutas e na sua própria garantia enquanto organização.” (DEERE e LEON apud DEERE 2004).

As mulheres assentadas também mostraram que têm grande responsabilidade com a sustentabilidade do Movimento. Além de preocupam com a educação e a saúde dos filhos elas também contribuíram a melhor forma para fornecer a capacitação por meios de transformar do conhecimento (educação) para os demais membros.

Dona Maria, na sua afirmação:

“no MST nós mulheres temos espaço e vamos lutar pela reforma agrária. Temos necessidade de ajudar a nossa organização, informar nosso povo sobre os conhecimentos que ganhamos e reforçar os setores do movimento.”(DONA MARIA, 17 de agosto de 2010).

Antes foi difícil para mulher expressar livremente os seus sentimentos e suas atitudes de falar e dar opiniões. Hoje, elas estão presentes na sociedade com papéis fundamentais como peças propulsoras da evolução social e do ser humano. Como integrantes de uma organização, mostraram as suas aptidões e obrigações para fornecer quaisquer auxílios que consideram são importante para o funcionamento dos processos de relacionamento no Movimento.

A dona Maria do Socorro revela as suas contribuições quanto membro no MST:

como ciranda, cuidava dos menos quando as mães participam nos eventos e nas reuniões, distribuindo merendas para as crianças e ajudar na parte de saúde quando alguns de nós (acampados) têm problema de saúde.” (DONA MARIA DO SOCORRO, 12 de agosto de 2010).

O MST é um dos movimentos que mais mobiliza mulheres para luta pela terra. As mulheres dos Sem-Terra têm consciência de que, no MST elas ganham oportunidade de participação na estrutura organizacional, como responsáveis dos setores e dos núcleos, da base, onde trabalham direta com a massa, assim elas sempre asseguram e fortalece a credibilidade do movimento por meio de transferência dos conhecimentos organizadamente e particularmente.

Segundo FURLIN (2009), a participação da mulher na liderança do MST foi sendo construída na trajetória histórica do movimento e incorporando, a partir de 1995, o debate das relações de gênero, como uma das formas de marcar um compromisso com o processo de transformações sociais mais amplas.

O MST mostra que caminho para que os trabalhadores conquistem dignidade e se tornem sujeitos de sua história é a luta organizada. Particularmente para as mulheres, o MST representa a possibilidade de se libertarem de varias formas de opressão e se afirmarem como mulheres e como trabalhadoras. A permanência das famílias nos lotes, mesmos quando enfrentam inúmeras dificuldades produtivas em virtude das condições desfavoráveis de solo, clima, tem como principal responsável as mulheres.

Nas entrevistas, as mulheres percebem que elas tiveram um papel efetivo na luta pela terra, na organização de manifestações, elas se presentes nas reuniões, passeatas, ocupações terra e outras ações para viabilizar o assentamento na terra. Essa atuação pode ser percebida ainda nos primeiros anos de assentamento na busca de estrutura básica como abertura das estradas, abastecimento de água construção de escola e transporte.

Segundo dona Francisca Inês, integrante do Pré-Assentamento Núcleo Pipiripau, a família tem a maior responsabilidade para todo o processo do desenvolvimento do MST, hoje as mulheres representam a sua família nos processos de tomada da decisão do Movimento que elas estão inseridas:

“agora temos direitos iguais aos dos homens, não como era antigamente. Cada um por si e Deus por todos. Quando o marido sai de casa a responsabilidade é minha, porque cada família tem a sua responsabilidade perante o movimento. Se ele se ausenta eu o substituo nas reuniões”. (DONA FRANCISCA, 17 de agosto de 2010)

Essa declaração foi reforçada pela dona Lourdes, a sua vizinha:

“numa família há um coordenador e uma coordenadora. Se um de nós não vai à reunião porque deve cuidar de casa, o outro ou a outra pode ajudar a encaminhar algumas questões”. (DONA LOURDES, 17 de agosto de 2010).

Cleoneide, atual coordenadora do Pré-Assentamento Pequeno William na sua confirmação quando era Coordenadora do Acampamento Pequeno William:

“Daqui a pouco já vamos mudar para o novo acampamento. Durante nestes momentos temos que correr atrás do INCRA e fazer várias reuniões com a Diretora do Colégio Agrícola para fazer arranjos e preparos antes de mudar para lá”. (DONA CLEONEIDE, 21 de agosto de 2010).

Desde o primeiro passo da luta que é a ocupação, a figura da mulher está sempre presente, a qual se destaca ao lado dos homens, muito embora a cultura e os preceitos que rondam a organização patriarcal familiar têm na mulher apenas uma "dona de casa, a senhora do lar, a mãe, a esposa". Contudo o papel que Cleoneide e as suas companheiras desempenham é uma extraordinária.

Como coordenadora, Cleoneide está envolvida nas funções dentro da organização e seguem junto com os companheiros a luta pela reforma agrária e na fundamentação da luta política e do pertencimento de classe. Fica claro é que a luta pela mudança social não tem mais como protagonista exclusiva a classe trabalhadora e nem se dá exclusivamente no espaço da produção, conforme concebido no século XIX.

Estas e inúmeras outras questões que dizem respeito ao cotidiano de homens e mulheres envolvidos na luta pela terra são pano de fundo para os debates acerca da participação das mulheres no MST e conduziram a outras intensas discussões. O resultado foi, num primeiro momento, a criação de um Coletivo Nacional de Mulheres do MST; em seguida, do Coletivo Nacional de Gênero e, finalmente, do Setor Nacional de Gênero. Estas mudanças, para além de simples alterações na nomenclatura, parecem acompanhar as transformações provocadas pelas mais diversas experiências vividas pelas mulheres (e também por homens) nas diferentes esferas do Movimento.

2.3 Perfil das mulheres líderes do MST do DF entrevistadas

A faixa etária é importante para o desenvolvimento pode ser direcionado de acordo com as necessidades das pessoas como agentes de desenvolvimento. Para essa pesquisa de mestrado seria importante termos essa informação oficial. Porém, não encontrei dados oficiais. Neste sentido, descrevo a seguir os dados das mulheres que entrevistei e com isso, espero dar uma idéia do que seria se eu pudesse pesquisar todas as mulheres dos acampamentos do DF.

Como já descrevi na introdução, foram entrevistadas 15 mulheres do MST do DF entre líderes e não líderes. Como o quadro 2, a faixa etária das assentadas no DF situa-se entre os 17 e 46 anos com a média de 33,25 anos.

Quadro 2: O perfil das mulheres do MST no DF

No	Mulheres	Idade	Escolarização (anos)	Estado Civil	Religião	Cargo/Função	Filhos
1	Líderes	37	10	Casada	cristã	Coordenadora da saúde	3
2	Líderes	35	8	Companheiro	bíblia	coordenadora	4
3	Líderes	53	3	Viúva	católica	Coordenadora operadora de caixa	2
4	Não líderes	42	0	companheiro	católica	lavradora	5
5	Não líderes		0	companheiro	católica	lavradora	9
6	Não líderes	46	11	Solteira	evangélica	professora	3
7	Não líderes	17	9	Solteira	evangélica	estudante	0
8	Não líderes	40	8	Casada	católica	doméstica	4
9	Não líderes	43	5	Casada	evangélica	vendedora	1
10	Não líderes	25	1	Casada	católica	lavradora	6
11	Não líderes	40	3	Amigada	evangélica	dona de casa	5
12	Não líderes	55	0	Solteira	evangélica	dona de casa	4
13	Não líderes	42	3	Solteira	evangélica	vigia de carros	3
14	Não líderes	29	3	Solteira	católica	agricultora	1
15	Não líderes	28	0	companheiro	evangélica	dona de casa	2
Média		33,25	4,3				2,2

Fonte: Pesquisa para a dissertação de mestrado, ano 2011.

Em relação às mulheres que são líderes a faixa etária se situa em sua maioria entre os 35 e 37 anos, com a média de 36 anos. Esta média está na faixa potencialmente produtivo (entre 15 e 59 anos de idade), não só biologicamente, mas sim, produzir uma sociedade justa, erradicar a pobreza, através dos seus direitos fundamentais como cidadão, sem preconceitos de origem, sexo raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A característica da escolaridade das mulheres varia de 0 a 11 ano, com a média de 4 anos. Encontra-se a escolaridade das mulheres líderes de 3 a 10 com a media de 7 ano, é maior do que a das não líderes que têm a escolaridade 0 a 11 anos com a média de 3,3 anos. Verifica-se que a

escolaridade das mulheres assentadas mais jovens da idade 17 a 35 de escolaridade 4 a 9 anos com a media de 4,2 tende a ser menor em relação à escolaridade das mais velhas da idade 36 a 55 com anos de escolaridade de 0 a 11 com a media de 4,8. Esta condição da escolaridade não nas possibilita para ganhar bons empregos.

O perfil ocupacional das mulheres é mais diversificado, contudo as atividades como dona de casa, lavradora, vendedora, professora são características das mulheres mesmo assim uma delas é estudante. Além de uma mulher se declarar estudante, chama a atenção para duas outras profissões declaradas e que não se enquadram na vida do acampamento por serem profissões urbanas: doméstica e vigia de carros.

A questão da vida conjugal ou seja estado civil, maioria das mulheres assentadas são casadas, em seguida vivem em companheirismo, algumas são mães solteiras, uma viúva e uma solteira que ainda frequenta estudo no Ensino Médio. Em relação ao número de filhos que as mulheres assentadas têm, situa-se entre os 0 e 9 filhos, com a média 2.2 filhos.

A questão da religião nos dá uma pista para novos estudos. Elas se declararam, como mostra a tabela acima, de confissão religiosa, permaneceram-se num equilíbrio como católicas e evangélicas. Mas lembrando que o MST foi, no seu início, fruto de trabalho das igrejas Católica e Luterana, tendo como base a Teologia da Libertação.

CAPÍTULO III

A CONSTRUÇÃO DAS LIDERANÇAS FEMININAS DO MST NO DF

3.1 Descrições das atividades da pesquisa

Como escrito na introdução, utilizei questionários para realizar entrevistas em profundidade para chegar à percepção das mulheres líderes e não líderes que vivem em Assentamentos do MST.

Aplicar estes questionários foi uma tarefa trabalhosa e difícil e por isso achei importante descrever as diferentes fases e situações das saídas a campo. A conclusão a que cheguei na realização desta pesquisa é que não se deve pensar que é fácil fazer entrevistas com as pessoas do MST só porque eles fazem parte de um movimento social e teriam vontade de ajudar os pesquisadores. A experiência do campo me mostrou uma realidade que é diferente da esperada: não encontrei toda essa “boa vontade” que inicialmente pensei que poderia encontrar.

A pesquisa foi realizada em dois lugares:

- 1- Acampamento Pequeno William: BR 020, em Sobradinho, a quase 40 km de Brasília. Posteriormente esse acampamento se tornou Pré-Assentamento Pequeno William e se mudou para novo lugar, cerca de 15 km mais adiante na rodovia, próximo da área do antigo Colégio Agrícola, hoje conhecido como Instituto Federal de Ciências e Tecnologia (IFCT), em Planaltina do DF. O assentamento é localizado no DF 128, KM 25, 3 km depois da Sede do IFCT.
- 2- Pré-Assentamento Oziel Alves, localizado no BR, 020, no Núcleo Rural de Pípiripau, em Planaltina do DF.

Foi bastante difícil chegar às pessoas, coordenadores, que me dariam a autorização para entrar nos Assentamentos.

O cronograma das entrevistas, como previsto na introdução deste trabalho, seria entre a primeira semana de julho e a segunda semana de agosto. A segunda e terceira semana de junho seria concentrada no Escritório Nacional do MST, situado no Setor Comercial Sul, no centro de Brasília. A atividade de entrevista com mulheres líderes do MST devia ocorrer todas as terça-feira e quinta-feira.

Boa vontade nas entrevistas não foi a regra entre as coordenadoras.

Encontrei só algumas coordenadoras do Escritório Nacional, Evelaine e Vanderlúcia. Conversamos sobre a pesquisa que eu estava fazendo, falamos sobre as matérias que elas levam mais em consideração nas plenárias e nas assembléias, e o processo da chegada delas à liderança do MST. Nesse encontro, pensei que poderiam preencher logo o questionário. Mas isso não aconteceu. Ambas prometeram preencher o questionário digitalmente. Em todo o tempo restante da conversa foi Evelaine que me entrevistou para saber sobre o meu país. No encontro seguinte que tive com ela, me disse que o questionário estava feito e era só para entregar. Entendi que entregaria os questionários preenchidos à secretária (Paula) ou à recepcionista (Edna), e elas repassariam para mim. Como não chegou nada às minhas mãos, passado um tempo dessa primeira conversa fui ao Escritório Nacional buscar os questionários.

A secretária me informou que tanto Vanderlúcia como as outras líderes já haviam recebido os questionários em formato digital. Eu ou meu marido, ao menos duas vezes por semana, durante os meses de julho, agosto e setembro, corri atrás desses questionários. Infelizmente não houve retorno algum.

Nos dias de segunda-feira e sexta-feira não era possível encontrar ninguém na Sede do MST no Plano Piloto, nem a própria Secretária, que muitas vezes viajava no final de semana. Mesmo na terça-feira e quinta-feira que seriam os dias mais disponíveis não era fácil encontrá-las devido aos compromissos da agenda delas.

Gostaria muito ter tido informações de pessoas competentes sobre o Movimento para possibilitar uma comparação com outros depoimentos que obteria depois, mas infelizmente percebi que não houve a cooperação necessária. Perguntei várias vezes à secretária e à recepcionista (Edna) se havia algum recado sobre os meus questionários, mas sempre tive respostas negativas. Por essas razões, como se pode observar pelo quadro 7 em anexo, o planejamento da pesquisa foi bastante prejudicado.

Percebi que o Escritório Nacional é estruturado de forma que o trabalho dos homens e mulheres é realizado coletivamente e que as mulheres estão constantemente em missão de serviço, daí a dificuldade de agendar dias para encontrá-las.

Na terceira semana de julho estava prevista a visita no Acampamento Gabriela Monteiro - Brazlândia e seriam iniciadas as entrevistas com as mulheres líderes do MST da Região do DF e Entorno. Mas as dificuldades mais uma vez apareceram.

3.1.1 Pesquisa no Acampamento Gabriela Monteiro – Brazlândia

A visita ao Acampamento Gabriela Monteiro - Brazlândia não foi feita devido à ausência da Secretária no Escritório (Paula). É ela a pessoa que organiza todas as visitas em todos os níveis da coordenação do MST do DF e Entorno. Essa dependência de autorização da Secretária parece ser uma maneira de controlar a entrada de pessoas externas ao acampamento e revela certo nível de organização interna.

Assim também as entrevistas para a quarta semana de julho e a primeira semana de agosto não foram realizadas. A Secretária Paula informou que já tinha coordenado as visitas ao campo com as pessoas da Região, só que as visitas não podiam ser feitas sem orientação dela. Consultei se podia contatar pessoas do Escritório Regional para organizar as visitas aos Acampamentos e ter os números telefônicos de alguém que podia ajudar. Ela disse que como se tratava de locais do âmbito do MST Regional (DF e Entorno) pode contatar Adriana ou Paola, responsáveis pelo Escritório Regional cuja sede estava situada na cidade satélite de Sobradinho.

3.1.2 Visita à Secretaria Regional (DF e Entorno) do MST

Com ajuda do professor Fernando Spagnolo (ex Coordenador do Programa da Capes de Capacitação de Docentes e Ensino da Língua Portuguesa em Timor-Leste), entramos em contato com as pessoas indicadas e marcamos um encontro para explicar os objetivos do trabalho, realizar entrevistas com as líderes do MST locais e organizar visitas nos acampamentos.

Encontramos Adriana e Paula na sede do Regional do MST, situada a cerca de 30 km de Brasília, na manhã do dia 12 de agosto. A sede é uma casa que tinha sido adaptada para funcionar como creche antes de ser alugada pelo MST. A cozinha e alguns dormitórios (que, como explicaram, eram utilizados para companheiros que vinham para Sobradinho para resolver problemas no posto de saúde, cartório, banco ou comércio) não davam ao local a aparência de um “escritório”. O ambiente era simples, os móveis improvisados e reaproveitados.

Fiz uma longa entrevista com as duas líderes, a partir de 09h30min e mais demoradamente, até quase meio-dia, com Adriana, que era também coordenadora de um assentamento em Sobradinho. À tarde as duas tinham outro compromisso na Universidade de Brasília (UnB), onde faziam um curso de licenciatura. Deixei com elas os questionários para preencher e prometeram entregá-los no Escritório Nacional. Não podendo acompanhar-nos nos próximos dias nas visitas ao acampamento de Sobradinho e ao assentamento de Planaltina deram os contatos de outras duas pessoas que poderiam nos acompanhar nessas visitas. Indicaram o companheiro Dias, um dos Coordenadores do Acampamento Pequeno William, em Sobradinho; e a companheira Netinha, uma das Coordenadoras do Setor da Região no Pré-Assentamento Oziel Alves II, no Núcleo Pípiripau, em Planaltina.

3.1.3 Acampamento Pequeno William – Sobradinho

Naquela mesma tarde, fomos logo ao Acampamento Pequeno William, a cerca 5 km da Sede Regional, na saída de Sobradinho, à margem da BR 020. Encontramos o senhor Dias que, conforme informação dada por Adriana,

morava perto do portão do Acampamento. Ele tinha sido avisado e pediu à sua companheira Ana para acompanhar-nos a encontrar Cleoneide (Neide) que era a coordenadora do Acampamento Pequeno William - Sobradinho.

Nesse Acampamento as entrevistas foram feitas em dois grupos. O primeiro grupo com as mulheres não líderes e o outro com as mulheres líderes. Mais de que entrevistas foi um debate aberto dos grupos sobre a participação das mulheres, líderes e não líderes, no Movimento de Sem Terra. No fim da tarde, deixei a cada uma delas um questionário para ser preenchido com calma e que seria recolhido nos próximos dias. Neide (coordenador do Acampamento) ficou com algumas cópias extras do questionário para entregar às mulheres que naquela tarde não estavam presentes no acampamento. Combinamos que receberia as respostas na próxima sexta-feira, no mesmo local.

Na sexta-feira, 20 de agosto de 2010, voltei ao Acampamento Pequeno William e consegui obter apenas quatro questionários respondidos de 25 questionários distribuídos. Na semana seguinte, Neide me visitou na minha casa, em Brasília, e trouxe mais cinco questionários preenchidos.

Assim, o trabalho de campo na segunda década de agosto foi bastante produtivo. Ocorreram duas fases de entrevistas: uma na Sede Regional com Adriana e Paula, coordenadoras de Setores; outra com as mulheres do MST no Acampamento Pequeno William - Sobradinho.

Mas a experiência de conseguir entrevistas com os sem-terra mostrou que é necessário dispor de muito tempo para que os contatos produzam resultados concretos. E a falta de transporte próprio dificulta muito o deslocamento e a flexibilização do cronograma de encontros.

3.1.4 Pré-Assentamento Oziel Alves II no Núcleo Pípiripau

Na terceira semana de agosto fomos entrevistar as mulheres no Pré-Assentamento Oziel Alves II no Núcleo Pípiripau, Planaltina. Este assentamento localiza-se na bacia do Ribeirão Pípiripau, no nordeste do

Distrito Federal, a cerca de 60 km de Brasília, já na divisa com o município de Formosa no estado de Goiás.

No dia 12 de agosto conseguimos contatar Netinha (uma das Coordenadoras do Setor da Região que mora no Pré- Assentamento) e falamos sobre a visita. Ela disse que estava aguardando e que já havia informado as pessoas do Pré-Assentamento.

No dia 16 de agosto, confirmamos nossa visita para a manhã do dia seguinte. Ela disse que iria nos esperar na sua casa que fica atrás da Sede (Casa Comunitária) do Pré-Assentamento. No dia 17 de agosto, no dia da entrevista não conseguimos contatar a Coordenadora Netinha porque o celular dela estava desligado. Mesmo com receio de perder a viagem, achamos que não devíamos perder esta oportunidade, já que as pessoas a serem entrevistadas deviam estar a par desta visita.

Com o apoio e acompanhamento do professor Fernando, encontramos, com alguma dificuldade, pois estava bastante afastada da BR 020, a casa da Coordenadora Netinha. Estava também sua filha adolescente com o filhinho de dois anos (neto de Netinha). Ela disse que não poderia me acompanhar nas outras casas que estão bastante isoladas e distantes umas das outras, pois devia ir a Brasília resolver um problema e tinha que pegar o ônibus na pista antes do meio-dia. Fiz logo a entrevista com ela e em seguida nos levou para a casa de outra Coordenadora (Adalzira) – distante mais de 2 km – e pediu que ela me acompanhasse a visitar outras companheiras e me orientasse para regressar a Brasília. Adalzira nos recebeu muito bem e se mostrou disposta a me ajudar, assim como o marido que estava em casa.

O professor Fernando tinha outro compromisso no Plano-Piloto, me deixou com Adalzira, na casa de dona Maria (também uma das coordenadoras de núcleo) que fica mais ou menos no centro do Pré- Assentamento Oziel Alves em Pipiripau e voltou rumo a BR 020 com Netinha.

Fiquei sozinha no Assentamento. Após a entrevista com Maria, iniciei a entrevista com Adalzira durante a boa caminhada de volta a sua casa, com

muito vento e poeira. Almocei com Adalzira e seu companheiro - que é um dos coordenadores do assentamento - e aproveitei a ocasião para entrevistá-lo e consegui obter boas informações sobre o Pré-Assentamento Oziel Alves-Pipiripau (como é possível observar na página 18. No final da tarde, Adalzira e o companheiro ofereceram-me uma carona para pegar ônibus na estrada principal, que passa a cerca de 2 km da casa deles. Saímos de lá às 17 horas e perdi a chance de pegar o ônibus coletivo que é mais barato. Às 18.22 peguei o ônibus expresso (que custa o dobro do coletivo) e voltei para o Plano-Piloto.

Nessa ocasião, foram entrevistadas sete mulheres: quatro mulheres não líderes e três líderes, inclusive Netinha da Região. O clima dessas entrevistas não foi ideal. Em algumas ficamos em pé e numa situação de ansiedade. Três das mulheres entrevistadas tiveram que deixar a nossa conversa para conseguirem pegar ônibus coletivo que passava às 13 horas. No caso da dona Maria, tinha que visitar o seu companheiro internado no Hospital. Ademais, para entrevistar as mulheres tinha que fazer uma caminhada de 15 a trinta minutos entre uma casa e outra.

As condições das casas dos assentados variam muito. Algumas são ainda barracos, feitas com materiais locais e lonas onde se vive em condições bastante precárias, como a da Dona Maria. Outras já conseguiram construir casas de zinco e tijolos e até têm veículos.

Adalzira se ofereceu para me ajudar distribuir os questionários para as mulheres que não conseguimos encontrar e pegar as respostas dos questionários distribuídos porque ela tem transporte em casa e seria fácil para ela fazer este trabalho. Mas disse que tem problema com combustível e pediu só uma quantia de R\$ 10 para ajudar no combustível. Aceitei a ajuda de Adalzira e combinamos que eu pegaria os resultados dos questionários dentro de duas semanas. Infelizmente perdi os contatos e ela não entregou esses questionários dentro do prazo acertado.

Ficou evidente que o tempo destinado para contatar as mulheres do assentamento foi insuficiente. Com um dia de entrevista e com a distância de 7 hectares de uma casa para outra não dava para entrevistar mais pessoas.

Além disso, há mulheres que não moram permanentemente em seus assentamentos; moram em outros locais mais próximos para facilitar sua vida e seu trabalho. Por exemplo, Adriana tinha um barraco no Acampamento Pequeno William, mas ela morava na Sede Regional para fazer as atividades da Região e ter facilidade de transporte para freqüentar o curso na UnB.

Assim, várias mulheres não foram encontradas porque saíam para trabalhar na cidade como faxineira ou em outros serviços e normalmente regressavam no final da tarde ou apenas no final de semana.

Em ocasião de minha visita a esse Pré-Assentamento, havia conversado com a Coordenadora Netinha sobre meu plano de visitar o Acampamento Gabriela Monteiro -Brazlândia. Ela concordou em me ajudar acompanhando-me. A visita seria na sexta-feira, dia 20 de agosto. Quinta a noite (19 de agosto), confirmamos de nos encontrar na Rodoviária do Plano Piloto. Mas naquela sexta-feira ela não apareceu e o seu celular estava desligado.

Na segunda-feira seguinte, 23 de agosto, consegui falar com ela no celular, combinamos novamente para a sexta-feira 27 de agosto. Acertamos o encontro às 10 horas na Rodoviária do Plano Piloto. Novamente ela não apareceu e o celular ficou desligado. Na segunda-feira 30 de agosto nos falamos de novo e ela confessou que não tinha crédito no celular e por isso não me avisou. Então eu mandei um crédito de R\$ 25, mas ela desapareceu novamente. Insisti em ligar, o celular estava ativado, mas ela não respondia.

Enfim, o que aconteceu com a Coordenadora Netinha, que era para mim um contato importante e desapareceu? É um exemplo da limitação e fragilidade da execução de uma pesquisa cujos contatos e articulações são feitos exclusivamente por celular. O celular da Adalzira ficou desativado durante duas semanas. Na terceira semana o celular estava ativado, liguei várias vezes, mas não respondia. Pode ser que Adalzira não atendesse as minhas ligações porque foi a Coordenadora Netinha que me apresentou a ela, e ela podia ter grande receio que os assentados a acusassem de estar fazendo conspiração com Netinha (ver esclarecimentos abaixo). As consequências foram que não consegui recolher todos os questionários distribuídos no Pré-

Assentamento Oziel Alves II; e mais uma vez perdi a oportunidade de visitar e fazer entrevistas no Acampamento Gabriela-Brazilândia.

Só em novembro de 2010, depois desta minha situação com a Coordenadora Netinha, fiquei sabendo que ela estava com problemas internos no MST e que havia perdido a confiança dos companheiros de Assentamento.

Foram as mulheres do Pré-Assentamento Pequeno William que me disseram que Netinha e o seu companheiro se envolveram no desvio do dinheiro do Assentamento e foram dispensados do cargo e do Assentamento. Estes fatos devem ter ocorridos quando da sua disposição em se prontificar a me ajudar na visita ao Acampamento de Brazilândia. Provavelmente não tinha mais condições de circular no ambiente do MST e desapareceu.

No dia 10 de novembro contatamos Neide (Coordenadora do Acampamento Pequeno William - Sobradinho) para saber se ela tinha outros questionários respondidos em suas mãos. Informou, então, que já não estavam mais no acampamento e haviam conseguido, depois de mais de dez anos de luta, a mudança para um novo assentamento em Planaltina. Este novo Pré-Assentamento Pequeno William me abriu as portas para ampliar um pouco mais minha pesquisa.

3.1.5 Pré-Assentamento Pequeno William – Planaltina

O trabalho neste novo Pré-Assentamento foi realizado em três visitas. No dia 12 de novembro aproveitei uma carona para conhecer este novo local, com a intenção de coletar mais alguns questionários, se houvesse, e encontrar com mulheres que poderiam ser entrevistadas. Nesta ocasião consegui mais três respostas, agora totalizando 12 questionários preenchidos. Neide prometeu entregar mais questionários às suas companheiras, e me pediu para passar novamente na próxima semana.

No dia 19 do mesmo mês, em companhia do meu filho de 9 anos pegamos o ônibus de Araponga, descemos no Balão entre: Araponga, Estante, Escola Agrícola e Brasília, andamos a pé 5 KM. Este esforço não deu resultado. O pior é que não tínhamos meios como voltar. Aguardamos a

carona de um assentado que mora em São Sebastião e que estava esperando a chegada da filha que estudava numa Escola Classe em Sobradinho. Saímos de lá quase às 19 horas em direção a Paranoá. Na Rodoviária desta cidade satélite conseguimos um ônibus para o Plano Piloto e chegamos em casa por volta de 21 horas.

Dia 29 de novembro de 2010, voltei novamente para o Pré-Assentamento Pequeno William, dessa vez acompanhada de meus três filhos maiores: uma de dez anos, outro de nove e a outra de seis. Deixei com o pai em Brasília a pequena de dois anos e a neném de dois meses. Da rodoviária do Plano Piloto embarcamos no ônibus de Arapoanga, descemos no mesmo Balão para Araponga e Escola Agrícola. Daí seguimos para o Pré-Assentamento na carroça de cavalo de um assentado que cobrou R\$ 25 para ida e volta. Os meninos ficaram animados e gostaram muito desse passeio de cavalo e carroça que parecia filme de *cow boy*. Para retornar a Brasília tivemos que esperar o ônibus por mais de duas horas debaixo de uma chuva tormentosa, sozinhos e na mais absoluta escuridão.

Como a composição dos assentados estava diminuindo e menos possibilidade tinha de achar outras participantes da pesquisa, tive a idéia de entrevistar também os homens líderes. Negocieei com Neide e alguns homens líderes e eles aceitaram preencher o questionário. Como não estava previsto um questionário específico para os homens líderes, utilizei os questionários das mulheres líderes dando algumas orientações.

Nesta ocasião, Chaves, um dos líderes, se ofereceu para entregar as respostas dos questionários no meu apartamento, já que na semana seguinte tinha um negócio para resolver no Plano Piloto. Teria que pagar a passagem dele. Mas como ia aproveitar a carona do pai, teria que pagar R\$ 30 para o combustível. Paguei. Para mim o que interessava eram as respostas dos questionários. Ele conseguiu mais sete respostas, três das mulheres e quatro dos homens.

Infelizmente não pude acompanhar o preenchimento dos questionários. Seriam respostas sinceras? Fazendo uma comparação com as demais

respostas obtidas não dá para levantar maiores suspeitos quanto à honestidade dos respondentes.

No entanto, procurei tomar o cuidado na hora de fazer a análise, tentando ver mais as respostas que ajudam na pesquisa como um todo maior e menos como verdades de cada um entrevistado.

Até o limite do possível, mantive a esperança de ter ainda algum retorno sobre os questionários distribuídos no Escritório Nacional e também na sede Regional. As várias visitas e telefonemas, infelizmente, não deram resultados positivos.

A visita ao Assentamento A. Cunha em São Sebastião e ao Assentamento de Unai - Minas Gerais para entrevistar as mulheres do MST naqueles locais, previstos inicialmente, não foram realizadas. A ajuda precária recebida pelas mulheres líderes do MST em Brasília, a dificuldade de manter com elas contatos telefônicos, o não retorno de questionários distribuídos e falta de condução para me deslocar para esses outros assentamentos desaconselharam que se ampliasse o âmbito da pesquisa.

Sempre mantinha informada minha orientadora sobre as dificuldades encontradas e minha preocupação e até desespero com a situação da pesquisa. Ela me pediu para anotar todos os acontecimentos e incluir na metodologia.

Finalmente, obtive um total de 19 respostas de questionários e todas do Pré-Assentamento Pequeno William. Foi com base nestas respostas que elaborei estes capítulos da dissertação.

3.2 Opinião das mulheres do MST do DF

Para esta dissertação foram entrevistadas dois perfis diferentes de mulheres ligados ao MST e ao assentamento do DF, as que ocupam e as que não ocupam posição de liderança. Essa diferença de posição na estrutura do movimento ajuda a entender se há distintas percepções sobre o processo de participação das mulheres no MST.

3.2.1. Opinião das mulheres líderes e não líderes entrevistadas

3.2.1.1 Opinião das mulheres líderes e não líderes sobre as mulheres da cidade

Para a maioria das não líderes do MST entrevistadas, as mulheres urbanas estão sendo mais valorizadas no mercado de trabalho, tem mais oportunidades de trabalho e querem viver bem. Estas mulheres usaram as seguintes expressões “elas têm mais direitos”, “são mais vistas”, “são mais estudadas” e “são bem tratadas”. E disseram também que elas se preocupam com um emprego melhor.

As respostas das mulheres líderes sobre as mulheres urbanas não são muito diferentes daquelas manifestadas pelas demais mulheres, como se pode notar no quadro 3 seguinte:

Quadro 3: A visão das mulheres, como a mulher na sociedade urbana é tratada na Sociedade hoje.

No.	Resposta das mulheres líderes	Resposta das mulheres não líderes
1.	Infelizmente há preconceito contra a mulher principalmente por raça, idade, falta de formação.	
2.	A mulher urbana tem um pouco de igualdade. É mais conhecida. Se tiver bom estudo consegue bom emprego.	
3.	Mais valorizada.	
4.		Não tenho muito conhecimento das mulheres de outro nível urbano, pois que sou rural.
5.		XXX
6.		A mulher na sociedade urbana é mais valorizada porque a maioria se preocupa com um emprego. Melhor. Mais vaidosas.
7.		Sem nenhum tipo de preconceito, os direitos dos homens e das mulheres são praticamente os mesmos. A mulher está sendo mais valorizada no mercado de trabalho.
8.		Bem vista, elas tem mais oportunidade de trabalho.
9.		Elas trabalham para sustentar a família, tem mais

		oportunidade de trabalho e viver mais (in)dependentes.
10.		Bem tratadas, são mais vistas.
11.		Bem melhor. Estão sendo mais enxergada. São mais estudadas.
12.		Elas tem mais direito, mais liberdade.
13.		São mais liberais, mais vistas, mais poderosas.
14.		Muito discriminada principalmente nos setores de trabalho com desigualdade de salários e funções.
15.		São educadas, mas vivem cada um por si.
16.		Vejo as mulheres na sociedade com direitos iguais, com muitas lutas e perseveranças.
17.		Quem tem estudo ganha emprego melhor. Mais preconceituosa.
18.		Ultimamente considero muito bem devido as próprias (conquistas?) que elas obtiveram.
19.		Na sociedade urbana tudo depende do grau de escolaridade.

Fonte: pesquisa para o mestrado, 2011.

3.2.1.2 Opinião sobre as mulheres do meio rural

Quanto às mulheres do meio rural, prevalece a opinião que são pessoas simples, batalhadoras e trabalhadoras e que dão valor ao campo e a natureza.

Quando perguntadas sobre como as mulheres do meio rural são vistas recebi respostas diversas, como se nota no quadro 4. O ponto de vista das mulheres líderes do MST é que elas são valorizadas e respeitadas porque seu trabalho é simples, são mulheres lutadoras e trabalhadoras, enfrentam trabalhos braçais por um objetivo melhor para si e para todos e encontram-se mais unidas com a família.

Reconhecem que são mais discriminadas, são tratadas de maneira diferente e “até na aparência são diferentes”. São esquecidas pela sociedade, vivem de trabalhos braçais e “têm menos oportunidades de encontrar trabalhos leves e de estudar”.

Quadro 4: A visão das mulheres, como a mulher na sociedade rural é tratada na Sociedade hoje

No.	Resposta das mulheres líderes	Resposta das mulheres não líderes
1.	É mais valoriza porque o trabalho é simples e a família é mais unida.	
2.	É mais respeitada, é mulher lutadora, enfrenta serviços braçais por um objetivo melhor para si e para todos.	
3.	Mais trabalhadeira.	
4.		Somos uma pessoa simples, batalhadora que damos valor ao campo e à natureza.
5.		Somos uma pessoa simples, batalhadoras que damos valor ao campo e à natureza.
6.		As mulheres do campo são mais discriminadas, até as aparências são diferentes. Elas são tratadas diferentemente. São mais maltratadas e esquecidas pela sociedade por não terem oportunidade na vida. Elas são mais esquecidas.
7.		Xxx
8.		Só não tem estudo, mas é mais respeitada.
9.		Trabalham serviços braçais, mas não tem muitas oportunidades de serviços leves e estudos.
10.		São mais trabalhadeiras, se sustentam, são mais dependentes.
11.		São mais da roça, mais serviço braçal, corajosas.
12.		Elas trabalham mais, mas é melhor.
13.		Elas são mais trabalhadeiras, responsáveis e capazes.
14.		Também não é reconhecida e respeitada como trabalhadora.
15.		São trabalhadoras, pegam na terra.
16.		As mulheres na sociedade rural vêm avançando, rompendo os obstáculos, o que é mais importante conquistando os espaços de igualdades.
17.		Não precisa diploma para trabalhar.
18.		Péssimo. Ainda há um pouco de discriminação. Espero melhoras devido às circunstâncias.
19.		Elas são mais respeitadas porque são trabalhadoras braçal e não conta muito o estudo.

Fonte: pesquisa para o mestrado, 2011. N. Número correspondente à identificação da resposta da entrevistada.

Destacam que apesar de serem corajosas, de enfrentar os trabalhos duros da roça e serem “trabalhadoras que pegam na terra”, muitas vezes não são reconhecidas e respeitadas como trabalhadoras.

3.2.1.3 Opinião sobre as mulheres do MST

Especificamente, sobre as mulheres do MST, a opinião geral é que são lutadoras, que trabalham bastante, “são corajosas”, “lutam muito para conseguirem os objetivos”, lutam pelos direitos universais (para ficarem independentes da cor, raça, religião, idade, etc.), como se pode notar no quadro 5 seguinte:

Quadro 5: A visão das mulheres, como a mulher no MST é tratada na sociedade hoje

No.	Resposta das mulheres líderes	Resposta das mulheres não líderes
1.	Direitos iguais aos dos homens	
2.	Queremos ser produtores de alimentos, de cultura e mais conhecimentos. E mais do que isso: queremos ser construtores de um país socialmente justo, democrático, com igualdades, e em harmonia com a natureza.	
3.	Luta mais pelos direitos.	
4.		É um partido em que a gente confia pois que já estamos nele há muito tempo e sabemos que tem competência.
5.		É um partido em que a gente confia, pois que já estamos nele há muito tempo e sabemos que tem competência.
6.		No MST elas são discriminadas também por pensarem que todas as pessoas do MST são iguais.
7.		Ainda não estamos iguais aos homens, na maioria das vezes quem nos representa nas reuniões são os homens.
8.		São corajosas, gostam muito de aprender, e correm atrás de tudo que tiver em seu alcance.
9.		Elas lutam muito para conseguir o seu

		objetivo.
10.		É uma luta, são mais lutadoras.
11.		São <i>lutadeiras</i> , trabalham bastante.
12.		Elas lutam muito para conseguir tudo.
13.		Lutam pelo objetivo independente de cor, idade.
14.		De total igualdade com os homens.
15.		Mulheres coordenadoras debatem os assuntos junto com os homens. Em reunião de núcleo apresentam opiniões.
16.		No MST não é diferente. As mulheres são bem tratadas.
17.		Valorizamos as mulheres no MST. Demos as nossas confianças.
18.		Bom. Porque dentro do movimento damos abrangência para ambos os sexos.
19.		Elas são tratadas por igual.

Fonte: pesquisa para o mestrado, 2011. **N.** Número de identificação da resposta da entrevistada.

Também reconhecem que gostam muito de aprender, “correm atrás de tudo que tiver em seu alcance”. Dizem que ha total igualdade com os homens, e que as mulheres coordenadoras debatem os assuntos junto com os homens nas reuniões nucleares. Não faltam, entretanto, umas poucas respostas discordantes.

Uma entrevistada aponta que no MST as mulheres ainda não estão em posição igual à dos homens, pois na maioria das vezes quem as representa nas reuniões são os homens. Outra afirma que no MST elas são discriminadas também por pensarem que todas as pessoas do MST são iguais.

Em geral elas acreditam que no MST os homens dão importância à opinião política da mulher porque os homens são companheiros da luta para alcançar o mesmo objetivo das mulheres, isto é, lutar para uma sociedade digna e justa.

A visão das líderes do MST sobre como são vistas as mulheres no interior do MST, de que elas fazem parte, é que as mulheres têm os direitos iguais aos dos homens e lutam pelos mesmos direitos. Uma líder assim se manifestou:

“Queremos ser produtores de alimentos, de cultura e de mais conhecimentos. E além disso: queremos ser construtores de um país socialmente justo, democrático, com igualdade, e em harmonia com a natureza”. (CLEONEIDE, 12 de agosto de 2010).

Segundo as mulheres líderes, no MST os companheiros dão importância à opinião política das mulheres porque lutam pelo mesmo objetivo, pela terra e para a melhoria do Brasil. É interessante notar essa resposta quando se sabe que nem sempre a questão da mulher era considerada um ponto importante no Movimento.

Elas confirmam que apesar de enfrentar todas as dificuldades na sociedade, as mulheres no MST marcam sua presença na dinâmica de luta pela Reforma Agrária. E quando chegam a conquistar a terra junto aos companheiros travam outra luta: os preconceitos decorrentes de uma sociedade onde quem manda é o homem. Neste novo espaço assumem a tarefa de romper com a velha estrutura e criar um espaço de participação mais igualitária na vida pública dos assentamentos.

O trabalho no grupo entre as mulheres sempre foi importante para manter e transmitir as aspirações, debater os assuntos relativos à família e ao Movimento em nível nuclear com os demais membros, antes de a coordenadora apresentar suas idéias nas reuniões em nível do Assentamento. Assim também, nas reuniões de Assentamento as mulheres confrontam e reforçam as idéias das suas companheiras e sentem que isso é importante e melhor para todos. Como afirma a coordenadora Cleoneide:

“O MST tem suas normas para um bom desenvolvimento. Primeiro discutimos em conjunto. Ouvimos as opiniões de todas. Tiramos um ponto baseado nas opiniões certas e resolvemos”(...). “Todas enxergam os problemas que não são convenientes a nós. Então elas dão sua opinião e dão importância às opiniões das companheiras. Debatem nos núcleos todas juntas e chegam a um resultado certo”(CLEONEIDE, 12 de agosto de 2010).

Para além dos grupos nucleares estabelecidos dentro do MST, as mulheres assentadas no DF criaram um movimento de mulheres. É um movimento que permite que se reúnam para discutir e estudar os problemas que afetam seu cotidiano.

3.2.2. Mulheres do MST que se tornam lideranças

Quanto ao processo de chegar à posição de liderança que atualmente ocupam, declararam que tanto para exercer cargos de coordenadoras no nível nuclear, assim como no nível de assentamento, a base foi a confiança dos seus companheiros por meio de duas formas: a primeira é a votação por maioria simples dos votantes, ou seja, por meio de eleições nas reuniões.

O outro processo é a indicação pelo consenso dos membros presentes nas reuniões. Mas também pode acontecer outra forma para chegar à liderança, como informa a coordenadora Netinha:

“Recebi um telefonema me dizendo de exercer o cargo de Frente de Massa para a Região do DF e Entorno”(NETINHA, 17 de agosto de 2010).

Esta fala parece indicar que no MST, além de os integrantes escolherem as suas lideranças através do processo democráticos, nas reuniões, com a presença dos eleitores e dos eleitos, também podem ocorrer escolhas de lideranças na ausência daqueles em quem confiam. Sem consulta prévia à pessoa indicada para dizer se tem disponibilidade para exercer o cargo ou não. Isso parece acontecer devido ao fato de todos os integrantes do MST terem as mesmas responsabilidades para o desenvolvimento e a sustentabilidade do Movimento. Essa é uma dúvida que ficou da pesquisa, pois se sabe que o MST tem escolas formadoras de lideranças.

Parece, de acordo com os depoimentos das entrevistadas, que só depois de se integrarem no MST e mostrar engajamento e bom desempenho, as mulheres podem se tornar líderes e ocupar várias posições, inicialmente no nível nuclear e posteriormente nos níveis regionais ou nacional, nos setores de

saúde, educação frente de massa, comunicação, juventude, gênero entre outros.

As respostas recolhidas mostram que nenhuma dentre as mulheres líderes entrevistadas teve experiência anterior de liderança no movimento, nem tinha participando em outra organização antes de se integrar ao MST.

Essa informação ajuda a pensar sobre o processo da liderança das mulheres no MST do DF, que se inicia com a integração delas no MST, onde vêm pela primeira vez o grupo se reunir para formar a sua estrutura organizacional. Por questão de gênero, as mulheres do MST podem ser chamadas para serem responsáveis de núcleos (dentro do assentamento) junto com os companheiros.

Assim, o processo da construção da liderança dessas mulheres se desenvolve por meio de aprendizado a começar pela observação das atividades do dia a dia do acampamento e das rotinas das reuniões, de sua natureza e de como funcionam. Observando as condições em que se encontra o grupo, começam preparar pautas para discutir, debater e tomar decisões, segundo as necessidades do grupo e os interesses do Movimento. Como afirma uma líder:

“Temos cargos e funções. Entrei no MST, comecei a aprender sobre MST pela luta! Sou pessoa que falo pouco e ajo mais e me indicaram por saber conviver bem com as pessoas através de diálogos em resolver questões” (CLEONEIDE, 12 de agosto de 2010)

Isso nos indica que a sociedade dá mais oportunidades para as mulheres nessa era pós-moderna para exercerem várias funções e para desempenharem seu papel de mulher ao lado dos homens. Muitas vezes as mulheres perdem a oportunidade por falta de capacidade, aptidão, desconforto e por falta de confiança pessoal. Nesse caso, as mulheres são menos vistas na sociedade.

Como argumenta a coordenadora Netinha, uma das líderes entrevistada:

“muitas vezes, nós as mulheres não conseguimos expressar as nossas idéias nas reuniões por falta de autoconfiança, porque as

nossas presenças também foram sempre questionadas por alguns homens. O que esta mulher vem fazer aqui?'. "(NETINHA, 17 de agosto de 2010).

3.2.2.1 Forma de escolha das lideranças

As pessoas escolhem seus líderes conscientemente? Com base nas respostas se pode notar que as mulheres do MST observam seu comportamento, determinam se seus propósitos são nobres ou se apenas usam sua autoridade em benefício próprio. Quando perguntadas se elas tinham participado de alguma escolha de liderança e como, as mulheres não líderes responderam no quadro 6:

Quadro 6: A participação das mulheres na escolha de alguma mulher líder

No.	Resposta das mulheres não líderes
1.	
2.	
3.	
4.	Sim, porque a gente viu que a mulher tem capacidade e inteligência para ser líder do MST.
5.	Xxx
6.	sim, temos que participar
7.	não tenho tido de ir a todas as reuniões
8.	sim, porque temos que escolher mulheres assim, corajosas e inteligentes.
9.	sim, porque temos que participar
10.	sim, porque tem que participar para escolha de alguém responsável.
11.	não, porque não estava no dia da reunião.
12.	sim, porque eu também tenho que dar a opinião de escolha.
13.	sim, porque temos que participar
14.	XXX
15.	XXX
16.	XXX

17.	XXX
18.	XXX
19.	XXX

Fonte: pesquisa para o mestrado, 2011. N. Número que identifica a mulher entrevistada.

As mulheres trabalhadoras rurais entrevistadas mostraram estar conscientes de que só através do MST podem alcançar os seus objetivos de luta. Como afirma uma das coordenadoras:

“Aceitei o cargo de coordenadora porque o MST também tem sua organização como qualquer outro movimento. Sem organização não chegamos a lugar algum. A própria terra tem uma organização” (CLEONEIDE, 12 de agosto de 2010).

O líder deve se preocupar em fazer um bom trabalho, ajudar os outros, e não visar compensações financeiras. Tem que ter mente aberta, saber lidar com pessoas, conquistar sua confiança. Não é para qualquer um que queira apenas estar acima das outras pessoas.

As mulheres que têm papéis importantes de liderança onde estão inseridas exercem novos relacionamentos com os outros, estão presentes em todas as atividades, tomam decisões importantes para o bem do grupo, elas confessam:

Cooperar com o acampamento é poder ajudar as pessoas. O MST não tem líder, sou coordenadora. (ANA, 12 agosto de 2010)

Outra afirmação:

Não sou líder, a nossa líder é a Bandeira. A rotina é a mesma que aprendi com nossa gente humilde, mesmo enfrentando as dificuldades do dia a dia para morar, comer, etc. Encontramos refúgio na organização junto com a comunidade onde enfrentamos os mesmos problemas. Coopero não lidero ” (MARINALVA, 12 agosto de 2010).

A bandeira tornou-se símbolo do MST, símbolo da unidade que consolida a convivência dos seus integrantes. Ela está presente nos

acampamentos e assentamentos, em todas as mobilizações e lutas. Manifesta a existência do MST no campo e sustenta sua luta. A retirada da bandeira nos acampamentos e assentamentos significa uma luta acabada.

3.2.2.2 Motivação das mulheres líderes para entrar no MST

As razões mais citadas para se integrarem no MST foram as próprias experiências de vida de trabalho na roça e/ou de trabalhos domésticos na cidade que mal permitiam sobreviver. Daí a decisão de junto com a família se inscrevem no MST e de aceitar viver de baixo de lonas por um bom período de tempo a fim de ganhar um terreno, um pedaço de chão para construir sua casa e para ter produtividade no trabalho agrícola e na criação de animais e melhorar de vida. Por falta de escolaridade ou outras habilidades e experiências, elas não conseguem ganhar empregos nas cidades. Como resume uma entrevistada:

“Falta de oportunidade no mercado de trabalho, daí a necessidade de lutar por um pedaço de terra e dele tirar o sustento da minha família e assim ter um país melhor”. (MARINALVA, 12 de agosto de 2010)

Outro depoimento aponta também a motivação social para integrar-se no MST, além de melhorar a vida da família, lutar em favor do grupo onde elas agora estão inseridas:

Conseguir um pedaço de chão para produtividade e uma vida melhor, saúde, educação. E trabalhar e colher para o bem estar da minha família e de todos”. (CLEONEIDE, 12 de agosto de 2010).

Outra líder diz que a motivação principal foi *“acompanhar meu marido”* (ARIEDNA, 12 de agosto de 2010). Esta fala deixa entender que mesmo com a possibilidade de mulheres entrarem no campo de trabalho ou desempenhar outras funções podendo adquirir certa liberdade, têm certa dificuldade em deixar de lado o seu papel na vida familiar. Elas continuam desempenhar o papel doméstico, cuidar dos filhos e apoiar e acompanhar os maridos para alcançar as metas da família, para uma vida melhor.

3.2.2.3 Prioridade das mulheres líderes nas Assembléias

As mulheres líderes entrevistadas, apontam que as matérias prioritárias nas assembléias e plenárias focalizam saúde, educação, formação, cultura e segurança. Temas que estão diretamente ligados com a vida da família no dia-a-dia.

Através destas afirmações, percebi que o papel da mulher nas assembléias do MST tende a deixar de lado a discussão sobre questões de gênero, como questão prioritária para as mulheres, como muitos pensam. Elas propõem e debatem mais as questões que afetam a vida da família e do próprio movimento.

A saúde ocupa lugar prioritário nas pautas de discussão nos acampamentos. Para elas, saúde não é só lidar com doenças. Outros fatores como o meio ambiente nos acampamentos, a água potável, as plantas medicinais e o seu uso são também importantes para garantir condições de vida saudáveis no campo, bem como terapias alternativas além de garantia do SUS pelo governo.

As coordenadoras e as cirandas são pessoas responsáveis pelo tratamento de doenças e também por questões relativas à nutrição, saúde da criança e do idoso, primeiros socorros, etc. Como afirma Maria do Socorro do Acampamento Pequeno William:

“Sou Ciranda, cuidava dos meninos enquanto o pai e a mãe participavam nos eventos como reuniões. Preparava medicina tradicional quando algum de nós precisava”. (MARIA DO SOCORRO, 18 de agosto de 2010)

A educação também é uma das principais matérias nos debates dos assentados. As mulheres consideram que a educação é para o futuro dos filhos e elas também precisam de reforços para aumentar os seus conhecimentos. Como afirmam Ana e Neide:

“Queremos um dia ser professoras, por isso queremos muito participar na aula noturna para os adultos, se tiver” (ANA E NEIDE, 18 de agosto de 2010).

Elas necessitam de mais formação para um dia poder ajudar no processo de ensino e aprendizagem no seu acampamento. Estão interessadas em abrir uma escola para a qual já tem um nome ‘Florestan Fernandes’.

Os esforços dessas mulheres líderes junto com as famílias do assentamento conseguiram um ônibus escolar para os seus filhos que estudam de manhã e de tarde em Sobradinho, a uma distância de cerca 15 km.

Quanto à segurança, elas se preocupam mais com os seus barracos feitos de lona, são muito frágeis e podem ser facilmente danificados. Por isso, nas reuniões sempre incentiva-se a ajuda mútua quando há estragos.

Além de conseguirem alcançar muitas coisas para o movimento no desempenho das suas funções, têm ainda que enfrentar muitos desafios e obstáculos: problemas financeiros, falta de água potável, falta de eletricidade, falta de atendimento médico. Como afirma a coordenadora Netinha:

“Dinheiro vale para tudo. É por falta dele que a gente tem que ter ânimo para tratar de coisas para o bem do Movimento. A gente nem tem como pagar transporte” (NETINHA, 17 de agosto de 2010).

Essas mulheres que estão exercendo a liderança mostram-se capazes de assumir responsabilidades voluntariamente e de motivar as demais a manter uma atitude proativa e corajosa. O bom líder torna-se referência para o grupo. A liderança nada mais é do que a capacidade de uma pessoa influenciar outras a perseguir os objetivos.

O que liga o líder aos seguidores é a tarefa ou missão. Sem esse componente, não há liderança, apenas influência ou popularidade. Os líderes realmente criativos induzem seus colaboradores a manter altas as aspirações e as expectativas, tornando-os empresários dedicados à excelência de suas tarefas e funções. Líder e liderados encontram-se numa relação de influência

recíproca. Os liderados são colaboradores de quem exerce a liderança. Sem liderados não há liderança, nem missão.

3.3 Respostas das lideranças masculinas

A visão dos poucos homens líderes entrevistados sobre as mulheres urbanas, rurais e as que participam do MST são relatadas a seguir. Cabe ressaltar que estas respostas não devem ser consideradas para conclusões, mas indicativos de visões a serem estudadas em outros trabalhos. Suas opiniões são parecidas às das mulheres já analisadas. No entender deles, as mulheres das cidades vivem numa sociedade onde os direitos são iguais. Têm que enfrentar muitas lutas e ter perseverança, pois tudo depende do grau de escolaridade; quem tem estudo ganha emprego melhor. Podem viver muito bem devido às próprias conquistas que elas obtiveram.

Julgam que as mulheres rurais vêm avançando, rompendo os obstáculos e, o que é mais importante, conquistando espaços de igualdade. Consideram que elas são respeitadas como trabalhadoras braçais e o estudo não conta muito. Não precisam de diploma para trabalhar no campo. Porém, vivem em condições péssimas e ainda há um pouco de discriminação. Há esperança que as circunstâncias mudem e a situação melhore.

Sobre as suas companheiras no MST, eles afirmaram que no movimento as mulheres são bem tratadas, não há diferença entre homens e mulheres. As mulheres são valorizadas porque os homens depositam confiança nelas sem discriminação. Como afirma um dos líderes: *‘Dentro do movimento damos abrangência para ambos os sexos’*. (Chaves, 11 de setembro de 2010).

Afirmam que a participação das mulheres nas políticas do MST é boa. Algumas são brilhantes no envolvimento em lideranças políticas. São inteligentes, esforçadas e muito participativas nas reuniões e nas ações.

3.4 A importância da mulher na liderança

Finalmente, uma observação importante deve ser feita: somente uma política de princípios corretos que resulte em ações práticas conseqüentes é seguro certo contra o fracasso, como ilustra o exemplo de Neide e suas companheiras.

A questão é aprender como fazer, fazendo concessões, utilizando a comunidade a sua volta, delegando, aprendendo o que e a quem delegar. É dessa forma que uma capacidade de liderança se manifesta e se torna visível no núcleo, com os vizinhos, no próprio Assentamento e nas convivências dentro do movimento.

O que foi mais visível no caso paradigmático de Neide foi sua capacidade de coordenar o Acampamento Pequeno William que se tornou, após cerca de cinco anos de luta, o Pré-Assentamento Pequeno William. É um fato notável que não pude observar em outros acampamentos. Como coordenadora, em nome dos seus companheiros, organizou encontros com o governo para o estatuto da terra, participou de vários encontros com o INCRA e com dirigentes da Escola Agrícola. A mudança do Acampamento Pequeno William em Sobradinho para o Pré-Assentamento Pequeno William em Planaltina foi o resultado do seu esforço junto com seus companheiros. O papel dela foi decisivo para o novo estatuto dos Sem Terra desse Acampamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando estava concluindo esta dissertação, apareceu a notícia na Folha de São Paulo de 04/03/2011: “400 mulheres do MST ocupam prédio do INCRA em São Paulo”. De acordo com o jornal, as ações das mulheres do MST fazem parte de uma série de atos programados para março, mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. Desde o final de fevereiro, a Jornada de Lutas das Mulheres da Via Campesina mobiliza as sem-terra em dez estados, com ocupações de prédios públicos, rodovias e marchas.

Essa notícia mostra a grande importância das mulheres no movimento. O meu propósito de estudar a questão da mulher líder dentro do Movimento dos Sem Terra originou-se do fato de que também em meu país, Timor-Leste, a mulher é muito importante nas lutas, embora seja o homem quem manda.

Este trabalho foi desenvolvido em três capítulos, cada um deles com objetivos específicos, mas todos integrados no objetivo geral da pesquisa que é discutir o papel político das mulheres líderes, em particular, as lideranças femininas no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Distrito Federal (DF) e Entorno.

Observamos que o papel político das mulheres líderes é importante para as mulheres não líderes. A conduta destas líderes não passa despercebido, mas exerce grande impacto nas companheiras, inclusive nos homens. Seria isso um caso especial na questão do gênero? Pensamos que como hoje a mulher já é considerada mais positivamente pela sociedade, isso talvez seja uma questão de gênero e também de outros aspectos, como a função de liderança (um líder sempre é procurado e as pessoas prestam atenção no que ele faz).

No que se refere à implementação dos procedimentos metodológicos, ficou evidente que o tempo destinado à pesquisa do campo foi limitado. Mais tempo e recursos deveriam ter sido investidos neste trabalho devido às distâncias dos acampamentos e à distância das casas dentro dos

assentamentos para poder entrevistar um maior número de pessoas. Além do mais, como mencionado no capítulo 3, nem todas as mulheres assentadas moram permanentemente em seus acampamentos, devido a outros trabalhos que têm em cidades próximas.

Uma dificuldade adicional foi a minha situação pessoal durante o período da pesquisa de campo (últimos meses de gravidez, parto e pós-parto) que não permitiu que me envolvesse com mais deslocamentos, sempre difíceis e cansativos.

Conforme os dados levantados e as entrevistas realizadas nesta pesquisa, o papel político das mulheres líderes do MST no DF está relacionado com sua participação no MST como coordenadoras, responsáveis de setores, de grupos nucleares do assentamento, de setores da região e de setores do nível nacional. Ou seja, entrevistamos as mulheres que são líderes formalmente e não líderes apesar de não ter título. Elas disseram que estão sempre presentes e participam ativamente nas reuniões do nível nuclear, do acampamento da região e do nível nacional para discutir, debater as suas necessidades e também para tomar decisões que favorecem o grupo e o movimento.

Como dirigentes, as mulheres líderes usam as reuniões para passar as informações e consultar as opiniões das suas companheiras, para obter melhores sugestões relacionadas aos problemas e às necessidades do grupo e do movimento. Elas procuram conversar com as outras mulheres para levar propostas à plenária. Por outro lado, também repassam para o grupo as informações obtidas nas reuniões e nos treinamentos para que todas tenham conhecimento.

Notei que há confiança mútua entre as mulheres líderes e não líderes. Esta confiança favorece o papel de messageiras das mulheres líderes para levar as informações e repassar as informações ao grupo. Como intermediárias, representam o grupo contatando e pressionando órgãos competentes do governo para exigir as providências necessárias para favorecer o bem estar e o progresso do movimento. Passeatas e

manifestações visam obter a apoio para adquirir lonas para barracos e outros materiais de construção, alimentos, infra-estruturas par educação e saúde e medidas e documentação necessária para regularização das terras ocupadas.

Como motivadoras, as líderes incentivam as companheiras e companheiros a trabalhar em grupos, ativar os trabalhos dos setores, animar o grupo da ciranda para ações eficazes nas limpezas nos acampamentos e no meio ambiente, e incentivar os meninos a ir para escola.

Encontrei também mulheres que continuam mantendo contato com o DF e com a família que não foi para o assentamento, confirmando o que Marcelo Leles Romarco de Oliveira já havia observado no estudo aqui citado.

Ao concluir este estudo percebi que outras pesquisas seriam muito bem vindas para completar as informações aqui obtidas. No que se refere à situações das mulheres rurais de Timor-Leste seria interessante estudar aquela realidade, em particular a liderança feminina no campo, e comparar com a realidade que encontrei aqui no Brasil, no DF. Também seria importante saber se a situação das mulheres do MST do DF e Entorno é similar e comparável àquela das mulheres brasileiras de outras Regiões. Ainda, seria necessário verificar se as práticas observadas nos acampamentos visitados são específicas destes locais ou se são procedimentos padronizados e institucionalizados. Isso daria uma idéia da capilaridade do movimento, tanto em sua estrutura e organização, como em sua forma prática de atuar.

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, João Mateus. Luta pela terra um processo histórico em discussão, sob a ótica da violência, exclusão e da concentração fundiária. Revista Geoambiente on line. Jataí/GO, n. 5 jul-dez/2005.
- BEZERRA NETO, Luiz. Sem terra aprende e ensina: um estudo sobre as práticas educativas e formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST 1979-1998. Dissertação de Mestrado. Campinas: FE/UNICAMP, 1998.
http://books.google.com.br/books?id=0Vre6Acr1k4C&printsec=frontcover&q=BEZERRA+NETO,+Luiz.+Sem+terra+aprende+e+ensina&source=bl&ots=ZHj6T3BGFQ&sig=AE8NomrHJfdBOM2QCvU4-BEZtUc&hl=pt-BR&ei=bfsPTOCzNIWdlqftsPmPDQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CBUQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false. (Acesso em 20 de maio de 2009).
- BONFIN, Cristiane. O jeito feminino de lutar pela reforma agrária. *Jornal O Povo*. 08 de março, 2002. Disponível em: <http://www.opovo.com/>. (Acesso em 25 de setembro de 2009)
- BRUMER, Anita; FREIRE, Nádya Maria Schuch. "O trabalho da mulher na pequena produção agrícola". Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ano XI/XI, p. 305-322, 1983/1984.
- CABRAL, Francisco; DIAZ, Margarita. Relações de gênero. Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar. Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; Fundação Odebrecht. Belo Horizonte: Gráfica Editora Rona Ltda. p. 142-150, 1999.
- CALDART, Roseli Salete. Sem Terra com poesia: a arte de recriar a história. Curitiba, 1986. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná.
- CARTER, Miguel. O Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra e a Democracia no Brasil. Disponível em:
http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/4/texto_6_carter_m.pdf. (02 de junho de 2009)
- CETRA. Marcha das Margaridas 2007. Fonte: Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará – FETRAECE. <http://www.cetra.org.br/oktiva.net/1431/secao/7551>. (Acesso em 20 de maio de 2009)
- COMPARATO, Bruno K. A ação política do MST. Revista São Paulo em perspectiva. vol.15 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2001.

- DEERE, Carmen. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 12, n. 1, 2004.
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/4514/3800>. (Acesso em 19 de agosto de 2010).
- DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. “Mujeres, derechos a la tierra y contrarreformas en América Latina”. *Debate Agrario*, Lima/Peru, n. 27, p. 129-154, 1998. In: DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 175-204, janeiro-abril/2004. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/16112009-023745deere.pdf>. (Acesso em 20 de maio de 2010)
- ESMERALDO, Gema Galgani S. L. A Produção de um Devir Minoritário em Mulheres Sem Terra. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil. http://www.sociologia.ufsc.br/npms/gema_esmeraldo.pdf.
- FARIA, Caroline. Êxodo rural. Disponível em: <http://www.infoescola.com/geografia/exodo-rural/> (Acesso em 29 de outubro de 2010)
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Contribuição ao estudo de campesinato brasileiro: Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST 1979-1999. São Paulo: Departamento de Geografia da Faculdade de Geografia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999. (Tese de doutorado em Geografia).
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. 1999. <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/reflinks.php?refpid=S0102-8839200100040001200006&pid=S0102-88392001000400012&lng=en>. (Acesso em 20 de maio de 2009)
- FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil. São Paulo: Vozes, 2000. In: Valenciano, Renata Cristiane. O papel da mulher na luta pela terra. Uma questão de gênero e/ou classe. *Scripta Nona*. Revista eletrônica de geografia y ciências sociales. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. VI, núm. 119 (26), 1 de agosto de 2002. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-26.htm>. (Acesso em 20 de maio de 2009)
- FURLIN, Neiva. A questão de gênero na agenda do MST. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/fazendogenero/grupos/grupos33.htm>. (Acesso em 25 de novembro de 2009)
- GARCÍA, Maria Franco. A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. Tese de Doutorado, Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/04/04_MARIA_FRANCO_GARCIA.pdf. (Acesso em 20 de maio de 2009)

GONÇALVES, Renata. (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. *Revista Mediações*, Londrina, v. 14, n.2, p. 198-216, Jul/Dez. 2009. In <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/4514/3800>. (Acesso em 19 de agosto de 2010)

GRYNSZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: *O Brasil Republicano – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sócias em fins do século XX / organização Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.315-348.*

JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA, Edição Especial 25 anos. 25 anos de lutas e conquistas. <http://www.mst.org.br/jornal/289/estados>. (Acesso em 25 de maio de 2010).

LIMA, Edvaldo Carlos. Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pantanal do Parnapanema (SP): Dissidências e dinâmica territorial. Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – UNESP. Faculdade de ciências e tecnologia. Campus de Presidente Prudente. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UNESP – SP, 2006.

MELO, Denise Mesquita de. Tese de Doutorado. A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST. Universidade de Campinas – Educação, 01/02/2001.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta Reis. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? *Revista Economia: Texto Discussão*. TD 215 Junho/2007.

MORISSAWA, Mitsue. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (2001). O desenvolvimento do MST. Recuperado em 29 de julho de 2001, de <http://www.mst.org.br>. (Acesso em 25 de setembro de 2009)

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (2003). História do MST. Recuperado em 17 de maio de 2003, de <http://www.mst.org.br/historia1.html>. (Acesso em 25 de setembro de 2009)

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (2001). Entenda como estamos organizados. 10 de julho de 2009. <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/330>. (Acesso em 25 de maio de 2010)

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (2004). Quem somos 1984-2004: MST 20 anos de lutas, conquistas e dignidade!

Recuperado em 19 de dezembro de 2004, de <http://www.mst.org.br/histórico/hitoria.html>. (Acesso em 25 de maio de 2010)

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (2009). 25 anos de luta pela Reforma Agrária. 19 de janeiro de 2009. <http://www.mst.org.br/node/6415>. (Acesso em 25 de maio de 2010)

NASCIMENTO, Maria Eunice Torres. O papel da mulher na sociedade moderna. Publicado Sábado, 7 de Março de 2009. <http://afinsophia.wordpress.com/2009/03/07/o-papel-da-mulher-na-sociedade-moderna/>. (Acesso em 14 de junho de 2010)

NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. BOAVENTURA de Souza Santos (organizador). Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002, p. 189-232.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de. Dissertação de mestrado. Trajetórias de migrantes para Brasília e assentamentos rurais: o caso do Vereda I. Universidade Viçosa – Extensão Rural, 01/02/2002.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de. Tese de doutorado. Retratos de Assentamentos: um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal. Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro, Ciências Sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade, 01/06/2007.

PRONERA. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.consciencia.net/arquivo/agraria-edu.htm>

SIQUEIRA, Tatiana Lima. Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero. Revista Ártemis. Vol 8, jun 2008, pp110-117.

SILVA, Cristiani Bereta da. Homens e Mulheres em Movimento: relações de gênero e subjetividades no MST. 1. ed. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

SOUSA, Romier da Paixão. Dissertação de mestrado. Granja Marathon: a luta pela terra e a organização do trabalho em um assentamento rural no nordeste do Pará”. Universidade Federal do Pará: curso de mestrado em agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável, 28/06/2002.

SOUZA, M. A. (1996) As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores dos Rurais – MST. Tese do Doutorado. Campinas: FE/Unicamp. In: Denise Mesquita de Melo. 2001. A construção de subjetividade das mulheres assentadas pelo MST. Dissertação do Mestrado. Campinas: FE/Unicamp.

STÉDILE, João Pedro e DOUGLAS, Estevam. A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária, 1946-2003. Google Livro. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=OysOAQAIAAJ&pg=PA177&lpg=PA177&dq=mst+encontro+cascavel+1984+objetivo+e+plataforma&source=bl&ots=ovNs0Ff3Tn&sig=vPYXH-LQRzwpkKLcgoP7dY6FI5U&hl=pt-BR&ei=gaQjTd7IJcH_lgeNwehP&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CBcQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false.

STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, B. M. (1999). Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/reflinks.php?refpid=S1413-7372200700030001400021&pid=S1413-73722007000300014&lng=pt>. (Acesso em 25 de maio de 2010)

TOURNIER, Paul. A missão da mulher. Tradução Renira Cirelli Appa. — Viçosa, MG: Ultimato, 2008. 208p.; 21cm. http://www.ultimato.com.br/file/capitulos/Missao_mulher_2ed_leia.pdf. (Acesso em 20 de maio de 2010)

ANEXOS

Anexos 1

Quadro 7: Descrição do planejamento das entrevistas por período e por resultado obtido (julho a agosto de 2010).

No.	Tempo		Local	Observação
	Cronograma traçado com a Secretária do MST	Realização		
1	I e II semana de julho	I semana de julho (07 de julho de 2001)	Entrevista com Mulheres líderes do MST na Sede nacional de Brasília.	Foram entregues 20 questionários, mas nenhum dos questionários voltaram
2	III semana de julho	I semana de agosto	Entrevista com as mulheres líderes do MST no Acampamento Gabriela-Brazilândia e com as mulheres líderes do MST da Região do DF e Entorno.	Fui ao local, mas não foi possível realizar as entrevistas O outro plano que seria tentar uma entrevista com Coordenadora Regional Netinha
3	IV semana de julho	II semana de agosto (12 de agosto de 2010)	Entrevista com as mulheres líderes do MST no Acampamento Pequeno William-Sobradinho e com as mulheres líderes do MST da Região do DF e Entorno.	Na Sede Regional e no Acampamento Pequeno William, Sobradinho
4	I semana de agosto	III semana de agosto (17 de agosto de 2010)	Entrevista com as mulheres líderes do MST no Pré-Assentamento Oziel Alves II-Pipiripau-Planaltina e com as mulheres líderes do MST da Região do DF e Entorno.	Entrevista realizada: 4 mulheres não líderes, 2 mulheres líderes e 1 Coordenadora Regional (Netinha).
5	II semana de agosto		Entrevista com as mulheres líderes do MST no Assentamento A. Cunha-São Sebastião ou Assentamento Unai -Minas Gerais e com as mulheres líderes do MST da	Não realizada

			Região do DF e Entorno.	
6	-		Entrevista homens líderes do MST no Pré-Assentamento Pequeno William, Planaltina.	Não realizada

ANEXOS 2

QUESTIONÁRIOS UTILIZADOS PARA A PESQUISA

2.1 Questionário para as mulheres líderes do MST.

Data da entrevista:
Local da entrevista:
Nome:
Idade:
Escolaridade:
Estado civil:
Religião (crença):
Cargo/função:
Números de filhos:

1. Como você enxerga ou vê a mulher vem sendo tratada na sociedade hoje?

1.1. Na sociedade urbana

.....

.....

1.2. Na sociedade rural

.....

.....

2. E no MST?

.....

.....

3. Na sua opinião como é a participação das mulheres nas política do MST?

.....

.....

4. No MST os homens dão importância à opinião política das mulheres?

4.1. Sim / não, porque

.....

.....

....

4.2. De que forma concreta os homens mostram que dão ou não a importância à opinião as mulheres ?

.....
.....

5. E as mulheres, em geral, dão importância às opiniões políticas das companheiras?

5.1. Sim / não, porque

.....
.....

5.2. De que forma as mulheres mostram que dão ou não a importância às opiniões das companheiras?

.....
.....
.....

6. Como você chegou à liderança atual do MST?

Fui nomeada () Escolhida () Indicada () Promovida () Eleita ()

6.1. Para exercer o cargo de?

.....
.....

6.2. Você poderia contar um pouco sobre esse processo de chegar a ser liderança?

.....
.....

6.3. Há quanto tempo está na liderança?

.....
.....

6.4. Foi reeleita algumas vezes? Sim () Não ()

7. O que você fazia antes de entrar no MST

.....
.....

8. Antes de ser líder no MST, foi líder em outras organizações? Sim () Não ()

8.1. Qual era seu cargo ou função?

.....
.....
.....

8.2. Como foi a sua participação ou liderança?

.....
.....

9. Qual foi o seu motivo de entrar-se no MST?

.....
.....

10. Qual foi a sua motivação de concorrer ou aceitar o cargo de liderança no MST?

.....
.....

11. Mudou algo na sua vida ou rotina depois que assumiu a liderança no MST?

.....
.....

12. Houve obstáculos no desempenho das suas funções?

.....
.....

12.1. Sim / não, porquê?

.....
.....

12.2. Quais são os principais obstáculos ou dificuldades?

a)
.....
.....

b)
.....
.....

c)
.....
.....

d)
.....

13. Nas assembléias e plenárias quais são as matérias que você leva mais em consideração? Segundo as prioridades.

a)

A razão é:

.....
.....

b)

A razão é:

.....
.....

14. Você procura saber das mulheres o que elas pensam?

Sim / não, porquê

.....
.....

15. É fácil chegar às mulheres e saber o que elas pensam?

Sim / não, porquê?

.....

16. E para os demais membros do MST, você procura saber o que eles pensam?

Sim / não, porquê?

.....
.....

17. É fácil chegar a elas e saber o que elas pensam?

Sim / não, porquê?

.....

2. 2. Questionário com as mulheres não líderes.

Data da entrevista:
Local da entrevista:
Nome:
Idade:
Escolaridade:
Estado civil:
Religião (crença):
Números de filhos:
Profissão:

1. Você mora no assentamento? Sim () Não ()
2. Como você enxerga que a mulher vem sendo tratada na sociedade me geral?
.....
.....
- 2.1. Na sociedade urbana?
.....
.....
- 2.2. Na sociedade rural?
.....
.....
.....
- 2.3. E no MST?
.....
.....
3. Na sua opinião como é a participação das mulheres nas política do MST?
.....
.....
4. No MST os homens dão importância à opinião política das mulheres?
.....
.....

4.1. Sim / não, porquê?

.....
.....

4.2. De que forma concreta os homens mostram que dão ou não a importância a opinião as mulheres?

.....
.....

4.3. E as mulheres em geral, dão importância as opiniões das companheiras?
Sim / não, porquê?

.....
.....

4.4. De que forma as mulheres mostram que dão ou não a importância às opiniões das companheiras?

.....
.....

5. Como você vê as mulheres líderes do MST?

.....
.....
.....

6. Você participou da escolha de alguma mulher líder do MST?

Sim/não porquê

.....

7. Como foi a sua participação na escolha de alguma mulher líder do MST?

.....
.....
.....

8. Você algum dia já pensou em ser líder do MTS?

Sim/não porquê?

.....
.....

2.3 Questionário aplicado aos homens líderes do MST

Data da entrevista:
Local da entrevista:
Nome:
Idade:
Escolaridade:
Estado civil:
Religião (crença):
Cargo/função:
Números de filhos:

9. Você mora no assentamento? Sim () Não ()

10. Como você enxerga que a mulher vem sendo tratada na sociedade em geral?

.....

.....

10.1. Na sociedade urbana?

.....

.....

10.2. Na sociedade rural?

.....

.....

10.3. E no MST?

.....

.....

11. Na sua opinião como é a participação das mulheres nas política do MST?

.....

.....

12. No MST os homens dão importância à opinião política das mulheres?

12.1. Sim / não, porquê?

.....

.....

12.2. De que forma concreta os homens mostram que dão ou não a importância à opinião as mulheres?

.....
.....

12.3. E as mulheres em geral, dão importância as opiniões das companheiras?
Sim / não, porquê?

.....
.....
.....

12.4. De que forma as mulheres mostram que dão ou não a importância às opiniões das companheiras?

.....
.....

13. Como você vê as mulheres líderes do MST?

.....
.....
.....

14. Você participou da escolha de alguma mulher líder do MST?

Sim/não porquê?

.....
.....

15. Como foi a sua participação na escolha de alguma mulher líder do MST?

.....
.....
.....

16. Você algum dia já pensou em ser líder do MTS?

Sim/não porquê?

.....
.....
.....